

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS-INGLÊS

RAFAEL GUILHERME DE SOUSA CABREIRA

“OPERAÇÃO DE RISCO COM A POLÍCIA NO COMBATE A CRIMINALIDADE”:
A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL POR MEIO DO DISCURSO

PATO BRANCO
2017

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS-INGLÊS

RAFAEL GUILHERME DE SOUSA CABREIRA

“OPERAÇÃO DE RISCO COM A POLÍCIA NO COMBATE A CRIMINALIDADE”:
A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL POR MEIO DO DISCURSO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Letras Português-Inglês da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Márcia Andrea dos Santos.

PATO BRANCO
2017



Ministério da Educação
Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Câmpus Pato Branco
Departamento Acadêmico de Letras
Coordenação do Curso de Letras Português/Inglês



**DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
LETRAS – PORTUGUÊS/INGLÊS**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor (a): **Rafael Guilherme de Sousa Cabreira**

Título: **Operação de Risco junto com a polícia, que combate a criminalidade: a legitimação da violência policial por meio do discurso**

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em 04 / 12 / 2017, pela comissão julgadora:

Prof.^a Dra. Márcia Andrea dos Santos – UTFPR Pato Branco
Orientador(a) e Presidente da Banca

Prof.^a Dra. Susiele Machry da Silva – UTFPR Pato Branco
Parecerista e Membro da Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Franciele Clara Peloso – UTFPR Pato Branco
Membro da Banca Examinadora

VISTO E DE ACORDO:

P **Prof.^a Dra. Cláudia Marchese Winfield**
Coordenadora do Curso de Letras Português/Inglês

Prof.^a Ma. Rosângela Aparecida Marquezi
Responsável pelo Trabalho de Conclusão de Curso
Portaria n.º 295 de 01/09/2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, Fora Temer!

Somos seres biológicos, políticos e ideológicos e, portanto, enunciar-se é um ato político. Não poderia iniciar meus agradecimentos sem gritar o meu estarrecimento e indignação em face à realidade política nacional em que o poder foi tomado de assalto por uma corja reacionária golpista e, por incrível que pareça, sem a ajuda direta das Forças Armadas.

Agradeço ao governo do Partido dos Trabalhadores (PT), do qual faço oposição à esquerda e faço crítica ao seu entreguismo às políticas neoliberais, pelo aprimoramento do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), pela instituição do Sistema de Seleção Unificada (SISU), do qual sou oriundo da primeira turma que ingressou na universidade por meio desse método de seleção e que possibilitou e possibilita a milhares de jovens, como eu, o ingresso em instituições de ensino superior público.

Agradeço também aos meus colegas de partido, o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) pelo acúmulo de discussões e por ter me mostrado ao longo desses anos que uma sociedade mais justa para todos é possível e que o sistema de exploração capitalista não é natural.

Agradeço aos mestres do curso de Licenciatura em Letras, o qual eu ajudei a construir, pelo apoio nas horas mais difíceis, pelo alicerces que me possibilitaram construir e, sobretudo, por me ensinarem que a educação pública de qualidade, assim como as outras conquistas sociais, só podem ser obtidas e mantidas sob muita luta e persistência e que a luta, muitas das vezes, é ingrata e nos exige renúncias.

Agradeço à Heloisa, amiga fiel e de longa data, a Ana Lúcia, Iara, Jaíne, Carlos, Ryan, Tiago e tantos outros amigos que sempre estiveram ao meu lado, me apoiando, e compartilhando dos bons e maus momentos pelos quais passei nessa trajetória.

Agradeço à Professora Marcia Andrea dos Santos que acreditou em meu projeto, me incentivou, me cobrou, me orientou e deu condições para que eu realizasse o meu trabalho.

Agradeço por último à minha família e à minha companheira de tantas lutas, Jéssica, que me apoiou e apoia em todos os meus projetos e me tornou uma pessoa melhor.

*Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito
como coisa natural, pois em tempo de desordem
sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade
consciente, de humanidade desumanizada, nada deve
parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.
Bertold Brecht*

*[...] Mundo mundo vasto mundo
Se eu me chamasse Raimundo
Seria uma rima, não seria uma solução
Mundo mundo vasto mundo
Mais vasto é o meu coração
Carlos Drummond de Andrade*

RESUMO

CABREIRA, R. G. S. “OPERAÇÃO DE RISCO COM A POLÍCIA NO COMBATE A CRIMINALIDADE”: A LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA POLICIAL POR MEIO DO DISCURSO 2017. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em Letras Português – Inglês. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

O presente trabalho se inscreve na área de Análise do Discurso (AD) de modo que se concentra em analisar os discursos veiculados no programa Operação de Risco exibido pela Rede TV de televisão, objetivando identificar os mecanismos pelos quais a ideologia constitui discursos de aceitação da violência policial como atos legítimos das forças policiais militares. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica com o objetivo de traçar uma linha histórica da constituição dos sujeitos policiais militares enquanto instituição pública, bem como em relação ao conceito de ideologia utilizando discussões sobre esse conceito realizadas por Chauí (1994, 2006) e Thompson (2011) buscando evidenciar que o discurso é um dos territórios políticos em disputa, desconstruindo os discursos de neutralidade propagados pela grande mídia, bem como introduzindo sobre a temática dos Direitos Humanos no âmbito da linguagem da linguagem. Para auxílio nesse percurso, utilizou-se também algumas categorias propostas por Orlandi (2013) referentes à AD tais como: interdiscurso, esquecimentos, relação de forças, relações de sentido, antecipação e formação discursiva. Ainda foram utilizados os conceitos de Foucault (2008, 2013, 2014) acerca de sujeito, discurso, formação discursiva e uma discussão sobre as relações de poder em sua obra. E, por fim, desenvolveu-se uma análise dos discursos veiculados pelo programa, permitindo identificar quais as estratégias utilizadas para a propagação dos discursos, bem como as estratégias utilizadas dentro da relação corpo-discurso-poder como mecanismo de sustentação das relações de poder. Como resultados, as análises demonstram como a mídia se utiliza dos discursos para disseminar a sua ideologia, legitimando a violência arbitrária realizada por agentes do Estado.

Palavras-chave: relações de poder, sujeitos, ideologia, discurso, polícia militar.

ABSTRACT

CABREIRA, R. G. S. "RISK OPERATION WITH THE POLICE IN FIGHTING CRIMINALITY": THE LEGITIMATION OF POLICE VIOLENCE BY SPEECH 2017. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Licenciatura em Letras Português – Inglês. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2017.

The present essay is related to discourse analysis area in the way it focus in analysing the speeches that are veiled in the Operação de Risco show that is broadcasted by RedeTV, with the goal to identify the mechanisms in which the ideology constitutes discourses of approval regarding police brutality as legit acts of the military police forces. For this, a bibliographical review was carried out with the purpose of drawing a historical line of the constitution of the military police subjects as a public institution, as well as in relation to the concept of ideology using discussions about this concept realized by Chauí (1994) and Thompson (2011) seeking to evidence that the discourse is one of the political territories in dispute, deconstructing the discourses of neutrality propagated by the mainstream media, as well as introducing on the subject of Human Rights in the scope of the language of the language. It was still used the concepts of Foucault (2008, 2013, 2014) on the subject, discourse, discursive formation and a discussion on the power relation on his work. And, finally, an analysis of the speeches that are veiled in the show was developed, allowing to identify which strategies were used for the propagation of these speeches, as well the strategies used on the body-discourse-power relation as a mechanism to sustain the power relations. As results, the analyzes demonstrate how the media uses discourses to disseminate its own ideology, legitimizing the arbitrary violence carried out by agents of the State.

Keywords: power relations, subjects, ideology, discourse, military police.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Ordem de Serviço - PMESP	27
--	-----------

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O QUE É POLÍCIA?	13
2.1 A construção sócio-histórica da Polícia Militar do Brasil Colônia ao Pós-Constituinte de 1988.....	14
2.1.1 Brasil Colonial.....	14
2.1.2 Brasil Império	16
2.1.3 A Primeira República.....	18
2.1.4 A Era Vargas e a Polícia	19
2.1.5 A Ditadura Civil-Militar: o recrudescimento da Polícia Militar e a institucionalização da tortura.	21
2.2. A Polícia Militar do Estado de São Paulo – Breve Panorama	24
3 ANÁLISE DO DISCURSO	28
3.1 Condições de Produção e Interdiscurso.....	29
3.2 Sujeito, Enunciado, Discurso e Formação Discursiva	30
3.3 Relações de poder em Foucault.....	32
3.2.1 Panoptismo	34
3.2.2 Corpo e poder em Foucault.....	35
4 IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO DE MASSAS	36
4.1 As formas de operação da ideologia conforme Thompson	39
4.2 Comunicação de Massa.....	41
4.3 Simulacro: a encenação do acontecimento.	44
5 METODOLOGIA.....	44
6 ANÁLISE DOS DADOS	46
6.1 Simulacro: a encenação do “ser policial” televisionada	47
6.2 A relação dos corpos e o poder.....	57
7 CONCLUSÕES	62
8 REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE A – Transcrição do vídeo “Operação Bafômetro”	68
APÊNDICE B – Transcrição do vídeo “moradores bloqueiam rua e ameaça motoristas”	72
APÊNDICE C – Transcrição do vídeo “mãe de ladrões lamenta à vítima ‘ me perdoe por tê-los colocado no mundo’”	76
ANEXO A – Normas para transcrição de entrevistas gravadas.....	87

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo insere-se no campo dos Estudos Linguísticos na subárea de Análise do Discurso (AD) a partir da perspectiva sócio-histórica da formação das Polícias Militares, em específico a do estado de São Paulo, e a forma como essa constituição repercute em discursos que circulam na mídia até os dias de hoje.

No panorama de polarização política e acirramento dos ânimos que vivemos desde o ano de 2013, iniciado com as manifestações dos movimentos sociais organizados contra o aumento das tarifas de ônibus nas grandes capitais, seguidos pelas manifestações contra a realização da Copa do Mundo de 2014, e pelas manifestações pró e contra o impeachment de Dilma Roussef no ano de 2016 todas duramente reprimidas pelas forças militares, polícias e exército, trazem o uso das forças policiais ao centro do debate por questionar o uso da força repressiva pelas forças de segurança pública contra os cidadãos brasileiros.

O corpus de pesquisa se estabelece em reproduções do Programa Operação de Risco, veiculado pela REDETV de Televisão semanalmente e, tem como objetivo, ser um *reality* show sobre o dia-a-dia das forças de segurança pública, apresentando diversas ocorrências que vão desde um “Charlie 04”¹ (desinteligência, briga de marido e mulher) até um “Bravo 04” (roubo). Esses programas, eram, inicialmente, exibidos às sextas-feiras a partir das 22:00 e reprisados aos domingos a partir das 20:00. A partir do ano de 2017, a exibição principal foi transferida para sábado, sendo mantida a sua reprise aos domingos no mesmo horário.

Esses programas, por sua vez, constroem uma imagem do sujeito policial muito diferente do que os movimentos sociais experimentaram em todo o curso da história nacional, bem como nesses últimos episódios da nossa história recente. É nesse campo de disputa de discursos que selecionamos alguns episódios do programa para fazer a análise de como a mídia constrói seu discurso acerca das ações policiais.

Por operarem exclusivamente privilegiando o turno da fala dos policiais e do repórter que faz a narração das ocorrências, em muitas vezes, obrigatoriamente, silencia aqueles que estão sendo retratados, fazendo com que apenas uma verdade seja a divulgada, a verdade que a equipe policial e a equipe de TV querem constituir. Esse silenciamento, por sua vez, contribui para a operação da ideologia conforme conceitua

¹ Jargão policial

Thompson (2011), como o “expurgo do outro”, contribuindo para uma invisibilização do marginal, negando mais uma vez o direito a voz. Em última instância, esses programas contribuem diretamente para o discurso de “bandido bom é bandido morto”, trazido diuturnamente por pessoas de todas as esferas sociais e até mesmo por candidatos a presidência da república, que têm em sua plataforma a retirada de direitos e a pena de morte como motes de suas campanhas.

Para elaboração deste trabalho, foram selecionados 03 episódios do programa, “Operação Bafômetro”, “Moradores bloqueiam rua e ameaçam motoristas” e “Mãe de ladrões lamenta à vítima ‘me perdoe por tê-los colocado no mundo’”. A seleção desses vídeos como *corpus* deu-se porque dentro de toda a gama de episódios assistidos, esses 03 permitem trazer ao trabalho fazer uma análise representativa da linha discursiva do trabalho.

Como metodologia de análise, foram utilizados os conceitos de Orlandi (2013) que consistem na passagem da superficialidade da língua para o texto, no estabelecimento de relações entre os interdiscursos que compõe o discurso enunciado e na identificação da filiação ideológica do sujeito que diz o que diz. Como método de transcrição de textos orais, utilizaremos a tabela organizada por Pretti (1999). Após o agrupamento dos dados transcritos em duas grandes categorias de análise “Simulacro? A encenação do ‘ser policial’ televisionada” e “A relação dos corpos e o poder”.

O estudo será desenvolvido em quatro partes. A primeira trará o conceito de Polícia e a construção histórica das organizações policiais no Brasil. A segunda parte, utilizará como embasamento teórico as reflexões sobre a ideologia e mídia de acordo com os autores Chauí (1994, 2006) e Thompson (2011), bem como o conceito de Simulacro presente na obra Simulacro e Poder, uma análise da mídia (CHAUÍ, 2006). Além desses conceitos, faremos um estudo sobre a memória, trazida por Achardetall (1999). Na terceira parte, nos debruçaremos sobre os conceitos de discurso, sujeito, enunciado, condições de produção propostos por Orlandi (2013) e Foucault (2008). Também traremos à discussão o conceito de poder e relações de poder e sobre como se dá a relação entre os corpos e o poder (2013, 2014).

A quarta e última parte será reservada à apresentação dos dados transcritos, bem como suas análises, buscando identificar os conceitos ora trabalhados na materialidade linguística trazida pelos excertos.

Diante desse panorama assombroso, este trabalho visa responder à pergunta de pesquisa: de que forma o programa Operação de Risco contribui para os discursos de legitimação da violência policial?

Sendo assim, esse estudo trata o conceito de polícia, trazido pelo pesquisador francês Dominique Monjardet (2012), bem como busca trazer o panorama histórico da constituição das forças militares no Brasil que vão desde o início do século XVI com a criação das milícias para a guarda dos territórios chamados de Capitânicas Hereditárias, entrando nas evoluções das forças policiais no Brasil Colonial, Brasil Império, a Primeira República, o varguismo até chegar na tomada do poder pelos militares e o recrudescimento trazido pelos 21 anos de ditadura civil-militar que se estabeleceu no Brasil por meio de um golpe no dia 01 de abril de 1964. Esse apanhado da história da constituição das forças de segurança pública demonstra como se dava a interação entre polícia e povo, bem como nos revela como a perseguição, tortura e violência sempre esteve presente no pano de fundo dessa instituição.

Em última instância, este trabalho tem como intenção dar a sua contribuição ao evidenciar que o discurso é um dos territórios em disputa, com seu olhar crítico, busca desconstruir os discursos de neutralidade propagados pela grande mídia, bem como introduzindo sobre a temática dos Direitos Humanos na área da linguagem.

2 O QUE É POLÍCIA?

O conceito de polícia ainda não é um consenso entre os pesquisadores e, por isso, é debatido entre os intelectuais que se debruçam ao estudo dessa temática. A seguir, exporemos os conceitos de polícia amplamente utilizados.

Segundo Egon Bittner, polícia é um “instrumento de distribuição de força não negociável [...] que intervém no lugar e no momento em que alguma coisa deve ser feita, a força pode *ter de ser* posta em ação” (BITTNER *apud* MONJARDET, 2012, p. 22). Monjardet, por sua vez, critica essa concepção, pois acredita que ao afirmar que a polícia age no momento que algo deve ser feito, que a força pode ter que ser posta em ação, o autor acaba por inserir dentro do conceito de polícia aspectos que dizem respeito à necessidade e/ou legitimidade do trabalho do policial em relação à opinião pública sobre o uso da força policial (MONJARDET, 2012).

Monjardet propõe o conceito de polícia como uma instituição “criada pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos

identificáveis” (IBID, 2012). Sendo esta vista como “expressão e como instrumento, da *reivindicação* permanente inerente às comunidades políticas [...] de deter em seu território o monopólio dos empregos legítimos da força” (IBID, p.14). Entretanto, esse conceito esbarra em outras instituições da esfera pública as quais também têm em seu *métier* o emprego da força legitimado pela sociedade. Então, o autor complementa que a polícia é a instituição que “detém o monopólio da força *em relação à todos*” (IBID, p. 26).

O conceito proposto por Bittner e depois complementado por Monjardet estão intrinsecamente ligados ao conceito de Aparelho Repressivo do Estado (ARE) proposto por Althusser, como sendo os ARE instituições especializadas ligadas ao Estado que atuam essencialmente na repressão, utilizando-se predominantemente da violência para assegurar e garantir os seus interesses e a sua ideologia (ALTHUSSER, 1985).

2.1 A construção sócio-histórica da Polícia Militar do Brasil Colônia ao Pós-Constituinte de 1988

2.1.1 Brasil Colonial

Durante o início do período de colonização do território brasileiro, o rei D. João III criou um sistema de administração territorial chamado Capitânicas Hereditárias. Esse sistema consistia na divisão do território em grandes faixas e entregá-las a administrações particulares, os chamados donatários, os quais geralmente eram nobres e que tinham grande relação e influência junto à coroa portuguesa. Essa partilha do território tinha como objetivo fortalecer a colonização do Brasil e evitar invasões do território por outras nações (VALENTE, 2012).

Os donatários, por sua vez, cediam territórios, chamados de sesmarias, dentro de suas capitânicas para que outros membros da corte portuguesa auxiliassem no processo de colonização do Brasil. Os cessionários, então, deveriam se encarregar de prosseguir com o processo de extração de riquezas da colônia, bem como deveriam constituir e manter uma milícia, que ficaria sempre a disposição do sesmeiro e dos donatários para proteger o território da capitania, seu patrimônio e interesses (MENDES, 2013). Essas milícias, que eram grupos armados de âmbito privado, constituídas pelos sesmeiros, são as primeiras instituições criadas com atividades

semelhantes às das polícias, tendo como a missão proteger a propriedade privada dos sesmeiros e donatários (VALENTE, 2012).

Com a instalação do primeiro Governo Geral, de Tomé de Souza, no ano de 1549 em Salvador, vieram também as primeiras instituições oficiais para a administração da colônia, bem como em 1560, foi determinado que fosse realizado o primeiro patrulhamento militar aos arredores das vilas (MENDES, 2013).

Por sua vez, com o crescimento populacional e o surgimento de várias vilas, aumentaram os problemas entre as relações sociais, demandando, da mesma forma um aumento na segurança interna e externa. A força de segurança, que até então eram as milícias e estas já se mostravam insuficientes, as forças militares, por muitas vezes, ficavam encarregadas pela manutenção e preservação da ordem pública dentro das capitâneas, isto é, ficavam encarregados das funções de policiamento (IBID, p. 11).

A estrutura militar que foi transferida para o Brasil era organizada em tropas que desempenhavam diferentes funções (MENDES *apud* VALENTE, 2012, p. 17). As tropas de 1ª linha, portugueses do exército mantidos pela coroa de Portugal, eram os Corpos Regulares, que eram subordinados ao Governo Geral do Brasil. As tropas de 2ª linha eram aquelas formadas por Milícias ou Corpos Auxiliares, subordinadas aos Capitães Mores e ao poder político local, tinham como função atuar como polícia administrativa, organizadas nas vilas e povoados. Seu recrutamento era universalmente obrigatório, fazendo com que todos os vassallos “se empenhassem na defesa da ordem e da tranquilidade pública e também, de forma auxiliar, nos casos de conflitos com forças estrangeiras” (VALENTE, 2012, p.16). As Companhias de Ordenhanças, consideradas como tropas de 3ª linha, eram constituídas de oficiais inferiores de justiça, também exerciam os poderes de polícia administrativa, mas atuavam, sobretudo, preventivamente contra “vadios, indivíduos de má fama e estrangeiros reprimindo a organização ilegal de prostíbulos, casas de jogo etc” (IBID, p. 17).

As tropas de 2ª e 3ª linhas, não eram corpos ligados ao exército, mas agrupamentos, que respondiam aos interesses do poder constituído, que tinham as prerrogativas de proteger as vilas e povoados. Essa formação é considerada como a primeira forma de policiamento no Brasil. Os autores ressaltam que ainda não há que se falar em segurança pública, uma vez que essas tropas vinculadas às tropas do regulares do Exército, serviam aos interesses privados dos colonizadores (IBID, p. 17).

A partir de 1719, de acordo com Cotta (COTTA *apud* MENDES, 2012, p. 18), vieram do Império de Portugal as primeiras tropas de Dragões militares portugueses,

que deram origem aos Dragões Reais de Minas. As tropas tinham a obrigação de manter a lei e a ordem, bem como coibir a extração de ouro clandestina, mantendo a arrecadação de impostos, atendendo aos interesses da Coroa.

A necessidade de racionalização das tropas levou à necessidade da criação dos Regimentos Regulares de Cavalaria, que, segundo MENDES (2012, p. 13) encontrava-se a Capitania das Minas Gerais, que se constituiu “como a mais evidente organização de uma força policial, já efetuava policiamento rotineiro de prevenir e reprimir o crime” (SILVA *apud* IBID). Foi esse o regimento que conteve o episódio conhecido Inconfidência Mineira (1789), movimento de resistência brasileiro e luta contra a exploração da Coroa portuguesa, acabando com o enforcamento do alferes Joaquim José da Silva Xavier, conhecido por Tiradentes.

No ano de 1801, d. João VI instituiu o Corpo Real de Polícia, que serviu como base para, no ano de 1809, a instituição da Divisão Militar da Guarda Real de Polícia em território brasileiro (IBID). Segundo Valente (2012) seus oficiais e praças eram oriundos dos regimentos de infantaria e cavalaria da corte. Essa organização era de tempo integral e já havia caráter militar, inspirado no modelo francês de policiamento, iniciando a dicotomia entre uma instituição de caráter militar e outra de caráter civil.

2.1.2 Brasil Império

Quando o Brasil tornou-se independente, dando origem ao Período Imperial (1822 – 1889), fez-se necessária a promulgação de sua primeira Constituição (1824). Diante do novo cenário, as forças militares, por sua vez, também careciam dessa readequação à nova realidade imperial, uma vez que as tropas anteriores já não atendiam às necessidades. O art. 228 dividia as Forças Armadas Terrestres em três divisões: exército de linha, milícia e guardas policiais, sendo as milícias responsáveis pela manutenção da lei e da ordem no interior das comarcas (MENDES, 2012, p. 15)

Durante o período de instauração da “Regência Trina Permanente” (1831 – 1834), foi criada, em 14 de junho de 1831, em cada Distrito de Paz uma instituição denominada de Guarda Municipal, sendo em seguida extinta temporariamente em 18 de agosto do mesmo ano. Em outubro do mesmo ano, as forças militares foram reorganizadas, sendo extintos também os Corpos de Milícias e os Serviços de Ordenanças, dando lugar às Guardas Municipais, agora com a terminologia

“Permanentes”, subordinando-as ao Ministro da Justiça e Comandante da Guarda Nacional (MENDES, 2012, p. 15).

Segundo Silva (SILVA *apud* MENDES, 2012, p. 15-16),

A mesma Carta Lei que criou esses Corpos, agregou-os aos Regimentos de Cavalaria das Tropas Pagas das Capitânicas, bem como, autorizou aos Presidentes dos Conselhos das Províncias, criarem Corpos nas diversas Comarcas. Em 30 de novembro de 1841, foi proclamada a Lei de Meios do Império, que em seu artigo 3º, autorizava o Imperador a reorganizar o Corpo de Guardas Municipais da Corte do Rio de Janeiro, o que veio a ocorrer em 10 de julho de 1842, através do Regulamento nº 191, que estruturou o Corpo de Guardas Municipais Permanentes da Corte, como afirma Silva, “já ali denominado Corpo Policial”

A partir de então, aplicando-se esse regulamento nas Províncias e nos Corpos Policiais provincianos originaram-se as polícias militares estaduais.

Segundo Mendes (2012, p 16), foram criados em 1825, os Corpos Policiais da Bahia e de Pernambuco; em 1831, São Paulo; em 1832, Paraíba e Alagoas; em 1835 Sergipe, Santa Catarina, Mato Grosso, Espírito Santo e Ceará; em 1836, Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, em 1837, Rio Grande do Sul e Amazonas; em 1854, Paraná; em 1858, Goiás e Minas Gerais.

Essas forças militares tinham atuação em preservar “essencialmente interesses da aristocracia escravocrata” (IBID, p. 16), tendo seu recrudescimento e militarização consolidados a partir da Guerra do Paraguai (1864 – 1878), havendo a crescente prática da truculência, sendo o açoitamento em praça pública prática comum visando “preservar os interesses econômicos dos proprietários e esta era a via por onde circulavam as questões de segurança pública” (IBID, p. 16).

A Guarda Nacional, criada para conter levantes internos durante o período da Regência, passou a exercer papel de defesa interna, consolidando-se em força policial, em concomitância com os Corpos de Polícia, sendo responsável pela repressão às insurreições e fugas de escravos. Sua criação foi importante para consolidar as elites políticas locais, levando-se em consideração a desconfiança que o governo regencial tinha em relação ao Exército, que, em suas fileiras, havia oficiais que defendiam o retorno de D. Pedro I (MENDES, 2012, p. 19). Tornou-se forte instrumento de

dominação, fortalecendo os vínculos entre o governo e proprietários rurais. Moura (*apud* MENDES, 2012,p. 17) afirma que:

A reforma de 1850 não alterou este caráter de policiamento ordinário e não trouxe aos recrutados esperanças de remuneração. Contrariamente, serviu para ligar mais intimamente a instituição à epiderme do mandonismo local, cujos grupos rurais dominantes passaram a contar com mais um instrumento de força e desmando [...] A farda e a bandeira que outrora seduziram homens voluntariosos em torno de sentimentos da terra, se transformaram em instrumento de perseguição e punição aos desafetos. A tal ponto que muitos senhores de lavouras e escravos serviram-se da acusação de vadiagem para prenderem e levarem ao serviço obrigatório da Guarda Nacional trabalhadores com os quais tiveram contendas de trabalho. A cor política de um determinado proprietário local também podia ser motivo para o recrutamento de seus trabalhadores, dependentes e agregados.

Dessa forma, essas Guardas tornavam-se instrumentos particulares de repressão e manutenção do poder, pois em seus mais altos postos, os Coronéis, tinham suas patentes compradas por essas elites. Essa relação de compra e venda de patentes deu origem ao período que a história denomina como Coronelismo, muito comum na república velha (VALENTE, p. 19-20). E que ainda hoje percebemos no cenário nacional resquícios de existência como, por exemplo, direitos básicos como rede de água ou esgoto são utilizados como mercadorias e que servem ao escambo político do voto (MENDES, 2012, p. 20).

2.1.3 A Primeira República

Com a Proclamação da República, em 1889, novamente era necessário reorganizar as forças de segurança pública à nova estrutura de governo. Dessa forma, os Estados foram autorizados a criar suas guardas cívicas, que tinham por finalidade o policiamento do território do Estado. Sendo mantida a Guarda Nacional como força de segunda linha do Exército (VALENTE, 2012).

Essas guardas cívicas, durante a Primeira República, configuravam-se, dentro dos Estados, verdadeiros exércitos estaduais, como podemos ver na Revolução Constitucionalista de 1932, em que a força pública do Estado de São Paulo ameaçou o poder político vigente, obrigando que a União controlasse o armamento e efetivo das

polícias de todos os estados. Agindo também na institucionalização e militarização dessas polícias, subordinando-as, em 1933, ao Ministério da Justiça, em última instância sob supervisão da Presidência da República (IBID).

Santos afirma que

o advento do regime republicano em fins do século XIX não representou qualquer mudança nos aparelhos policiais em um de seus aspectos mais fundamentais: se o regime imperial se assentava num modelo ancorado na violência policial sobre escravos e homens livres pobres, agora esta mesma violência destinava-se aos trabalhadores em geral, sobretudo àqueles excluídos do mercado formal de trabalho, vivendo e compondo a economia pelas suas margens (SANTOS *apud* CARNEIRO, 2012, p. 86)

O período da Primeira Velha do Brasil foi conturbado e marcado por diversos conflitos armados para intervir em questões de ordem política, social, econômica e até mesmo religiosa. Como exemplos desse conflito, Mendes (2012, p. 24) cita as Revoltas da Armada (a primeira em 1891 e a segunda, no período de 1893-1894), a Revolução Federalista (1893-1895), a Guerra de Canudos (1893-1897), a Revolta da Vacina (1904), a Revolta da Chibata (1910), a Guerra do Contestado (1912-1916), as Greves Operárias (1917-1919), a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Libertadora (1923-1924), a Coluna Prestes (1925-1927) e a Revolução de 1930.

2.1.4 A Era Vargas e a Polícia

Segundo Valente (2012), a Era Vargas teve um papel particularmente especial na organização das instituições policiais, visto que a partir de 1930 a sociedade testemunhou nos espaços urbanos uma crescida de trabalhadores, bem como a redefinição do espaço urbano. O projeto de Vargas tinha relação com a criação de uma identidade nacional, ou seja, fazer com que as pessoas se reconhecessem como trabalhadores e membros do corpo social. Dessa forma, era necessário que o Estado estabelecesse novas estratégias de coerção e dominação social, sendo a polícia cada vez mais utilizada para esse fim.

Em 1934, a Constituição Federal garante à união um maior controle sobre as forças armadas estaduais, aludidos à Revolução Constitucionalista de 1932, em que as tropas militares do Estado de São Paulo tentaram abalar a ordem política e social

estabelecidas. Por isso, o artigo 5º, parágrafo 19, alínea L, estabelece que é de competência exclusiva da união a “organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos Estados e condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra”. Além disso, a mesma Constituição contribui diretamente para fortalecer o caráter militar das polícias, estabelecendo, em seu artigo 167, que “As polícias militares são consideradas reservas do Exército, e gozarão das mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União”.

No ano de 1935 ocorre o movimento popular conhecido como “Intentona Comunista” ou como “Revolta Vermelha”, caracterizando-se como uma tentativa de golpe no governo de Getúlio Vargas, realizada pelo Partido Comunista Brasileiro em nome da Aliança Nacional Libertadora. Essa tentativa foi amplamente reprimida pelas forças de segurança estaduais, não sendo possível concretizar o objetivo. Essa revolta, por sua vez, contribuiu por revelar a característica nitidamente militarizada das polícias estaduais, além de contribuir para a manutenção de uma cultura “organizacional voltada para a rigidez castrense e para o ‘combate ao inimigo’, em detrimento de uma postura de ‘preservação da ordem e segurança do cidadão’” (MENDES, 2012, p. 27).

No ano de 1936 é promulgada a Lei nº 192 de 17 de janeiro de 1936, estabelecendo novamente que as Polícias Militares continuariam sendo consideradas reservas do Exército conforme artigo 167 da Constituição de 1934. Essa lei estabelece as competências funcionais das polícias militares que são:

- a) Exercer as funções de vigilância e garantia da ordem: pública, de acordo com as leis vigentes;
- b) garantir o cumprimento da lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos;
- c) atender à convocação do Governo Federal em casos guerra externa ou grave comomoção intestina, segundo a lei de mobilização.(BRASIL, 1936, s.p.)

Percebe-se que mesmo que as funções de ordem policiais, que são exercer a vigilância e garantia da ordem, o cumprimento da lei, a segurança das instituições etc fiquem estabelecidas em legislação específica, a característica militarizada e belicista da polícia fica evidente na alínea “c”. Dessa forma, o processo de militarização das polícias estaduais continuaria asseverando a manutenção de uma atuação violenta e repressiva (MENDES, 2012, p.27).

2.1.5 A Ditadura Civil-Militar: o recrudescimento da Polícia Militar e a institucionalização da tortura.

De acordo com Coimbra, o embrião do Golpe Civil-Militar de 1964 iniciou muito antes do dia 1º de abril, ele ocorre no período compreendido entre 1946-1964, com o governo Vargasista, democraticamente eleito, que dá início ao chamado “populismo”, fazendo com que se fossem estimuladas a participação social e a mobilização de massas. Ademais, o Governo Getulista fez grande defesa do nacionalismo econômico, fazendo com que se acirrasse o ódio de setores mais conservadores e ligados ao capital estrangeiro e aliados à doutrina que se forjava na Escola Superior de Guerra², depois denominada como Doutrina de Segurança Nacional (COIMBRA, 2000).

Os planos dos militares para deposição de Getulio Vargas já estavam em pleno andamento, levando-se em consideração que Vargas e seu governo eram incapazes de se submeterem aos interesses dos monopólios estrangeiros, bem como não eram suficientemente capazes de estimular abertamente a participação popular. O equilibrismo com que o governo conduzia sua política fez com que os setores reacionários da sociedade se insurgissem contra o governo ora eleito democraticamente. Entretanto, esse plano foi arrefecido pelo trágico desfecho do suicídio de Getulio Vargas, em 05 de agosto de 1954 (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p. 55-63).

Os setores direitistas da sociedade entre os anos de 1954 e 1956 prosseguiram com a intenção de tomar o poder à força, sendo que dessa vez esbarraram na resistência nacionalista de grupos das próprias Forças Armadas. Os golpistas foram obrigados a recuar mais uma vez para debruçarem-se aos preparativos de outra tentativa de golpe, dessa vez alicerçada em torno da Escola Superior de Guerra. Em 1956, Juscelino Kubistchek é empossado como presidente do Brasil e conclui seu mandato (IBID, p. 60).

Uma nova tentativa de golpe ocorreu no ano de 1961, já no governo de Jânio Quadros, culminando com a sua renúncia com apenas 01 ano de mandato cumprido,

² Instituição militar criada em 20 de agosto de 1949, denominada pela própria instituição como “Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, integrante da estrutura do Ministério da Defesa, e destina-se a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, nela incluídos os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento. Disponível em: <http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao> acesso em 01/08/2016.

sendo sucedido por seu vice, João Goulart, herdeiro do nacionalismo Getulista e mal visto pela cúpula militar, sendo considerado radical, fazendo com que três ministros militares tentassem impugnar sua posse. Essa tentativa foi amplamente combatida com grande movimentação popular, sobretudo pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Mais uma vez, os militares tiveram que recuar, entretanto conseguiram impor o regime parlamentarista como uma tentativa de reduzir os poderes do presidente em exercício (COIMBRA, 2000).

Os anos de 1962 a 1964 foram marcados por grandes agitações sociais e levante de bandeiras que eram defendidas pelos trabalhadores desde o Estado Novo, dando início à aceleração das chamadas “reformas de base”. Houve a ascensão do movimento estudantil pela União Nacional dos Estudantes (UNE), o fortalecimento das ligas camponesas atingindo 20 Estados, o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Programa Nacional de Alfabetização, inspirado pelo método Paulo Freire.

Em 1963, um plebiscito derruba de forma esmagadora o regime parlamentarista, voltando ao regime presidencialista. Nesses anos foi também criada a central sindical chamada Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fazendo com que o clima de insegurança se acirrasse, criando-se o medo de uma possível revolução Comunista no Brasil (IBID).

A disposição de apoio dos estadunidenses representou o último sinal necessário para que a cúpula da hierarquia militar tomasse a iniciativa do golpe. Praticamente toda a sociedade estava amedrontada pela campanha anticomunista, da mesma forma que fora feita na década de 30. Em 19 de março, em São Paulo, impulsionada pelo governador Ademar de Barros, ocorre a “marcha da família, com Deus, pela liberdade”, deu o impulso final para a instauração do regime ditatorial (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011).

Na noite de 31 de março de 1964, as Forças Armadas, através de um golpe militar amplamente apoiado pelos setores dominantes e mais reacionários da sociedade, depuseram o Presidente da República eleito João Goulart, dando início aos 21 anos de Estado de Exceção, marcado pela violência, tortura e perseguição política, muitos deles legalizados pelos Atos Institucionais (AIs).

O AI 01, publicado em 09 de abril de 1964, suprime as garantias constitucionais e legais de estabilidade e vitaliciedade de funcionários públicos e pensionistas, mas o mais importante instituído nesse ato está em seu 8º artigo, que institui a criação dos Inquéritos Policiais Militares, os chamados IPM.

Segundo levantamento realizado pela Arquidiocese de São Paulo, no projeto “Brasil: Nunca Mais”, estima-se que 7.367 nomes de pessoas foram levados ao banco dos réus durante os 21 anos do Estado de Exceção, sendo que destes 88% eram do sexo masculino, 60,54% dos acusados foram indiciados após a decretação do Ato Institucional nº 5 em 13 de dezembro de 1968, sendo o Exército o principal agente da repressão, atuando como responsável direto por efetuar 1.043 prisões, além de 884 efetuadas pelos Destacamentos de Operações de Informações – Centros de Defesa Interna (DOI-Codis), comandados exclusivamente por oficiais do Exército. Entre as causas principais que tornaram esses cidadãos em réus de processos políticos formados na Justiça Militar: Militância em organização partidária proibida, com 4.935 casos, participação em ação violenta ou armada, com 1.464 casos e manifestação de ideias por meios artísticos, com 18 casos (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 2011, p.95-100).

Outro dado que nos chama a atenção é que desses 7.367 nomes de pessoas, 3.975 (53,96%) foram detidos antes mesmo de ter um inquérito aberto em seu desfavor, o que por si só já demonstra a discricionariedade com que as forças de segurança pública agiam. Além disso, outro dado que demonstra a ilegalidade na condução dessas prisões, muitas realizadas de forma arbitrária, referem-se à comunicação da prisão à autoridade judiciária competente: 6.256 (84%) casos não constam qualquer comunicação; 816 (12%) dos casos constam comunicação feita fora do prazo legal e apenas 295 (4%) dos casos tiveram sua comunicação feita dentro do prazo legal (IBID).

O controle das polícias, a partir da promulgação do Decreto – Lei 317 de 1967, ficou a cargo da Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM). O que na prática tirou o poder do Estado em definir suas políticas de segurança, subordinando-as à IGPM, tornando-as competência exclusiva da União.

Os Atos Institucionais, sobretudo o AI-5 que deu início aos Anos de Chumbo, conferiram amplos poderes aos militares, legitimando suas ações mesmo que contrárias às disposições legais, baseadas na suspensão de garantias constitucionais, consolidando o Estado policial, baseado na Doutrina de Segurança Nacional. Foi a partir daí que as PMs foram determinadas como polícias exclusivamente fardadas, com a incumbência também exclusiva do policiamento ostensivo. Dessa forma, “as PMs assumiram definitivamente atribuições de garantia da ordem pública, alterando de forma substantiva sua missão organizacional” (VALENTE, 2012, p. 31).

Podemos perceber, dessa forma, que desde o século XVI, as instituições de Segurança do Brasil têm grandes influências militares, mas é no período da Ditadura

Civil – Militar que as polícias militares saíram dos quartéis e tem a exclusividade na função do patrulhamento ostensivo.

Segundo Valente e Cerqueira, esse processo de militarização vai além da presença de oficiais do Exército no comando das Polícias Militares e Secretarias de Segurança, pois é a “construção de um novo modelo teórico para as polícias de segurança que se caracteriza pela submissão aos preceitos da guerra e que consiste na implantação de uma ideologia militar para a polícia” (CERQUEIRA, 1996: p. 142 *in* VALENTE, 2012, p. 28).

Dessa forma, a Ditadura contribuiu para a formatação da cultura institucional militarizada das polícias, uma vez que as Forças Armadas constituíam-se como principal protagonista político, tendo a Doutrina de Segurança Nacional como base teórica para seu *modus operandi*. Também os treinamentos das polícias militares eram feitos pelo Exército.

Fazendo a observação da perspectiva histórica das polícias militares no Brasil, desde o século XVI até os dias atuais, podemos perceber evidências históricas de uma instituição marcadamente voltada para reprimir ferozmente os conflitos internos que ameaçam a ordem pré-estabelecida. Essa relação espúria entre as forças policiais e os setores dominantes da sociedade faz com que qualquer questionamento da ordem social seja enfrentado e reprimido como “caso de polícia”.

2.2. A Polícia Militar do Estado de São Paulo – Breve Panorama

De acordo com o site da Polícia Militar do Estado de São Paulo³ (PMESP), sua criação foi em 15 de dezembro de 1831, contava em seu quadro efetivo no mês de outubro de 2015 com 88.216 policiais, 18.805 viaturas, 24 helicópteros, 5 aviões e 876 embarcações, com um orçamento anual de R\$ 12.730.697,61. Além disso, conta com um presídio (Presídio Militar Romão Gomes), justiça militar próprios e um Centro de Altos Estudos Em Segurança (Academia do Barro Branco), que titula mestres e doutores em ciências policiais.

Em seu Brasão-de-armas, podemos vislumbrar 18 estrelas de prata, as quais, segundo o próprio site da PMESP representam marcos históricos da corporação. São elas:

³ Disponível no site http://www.policiamilitar.sp.gov.br/paginas_pm/mnu_institucional/downloads/Apresentacao_Institucional_PMESP.pdf acesso em 05/08/2016

1ª ESTRELA – 15 de Dezembro de 1831, criação da Milícia Bandeirante;
 2ª ESTRELA – 1838 – Guerra dos Farrapos;
 3ª ESTRELA – 1839 – Campos dos Palmas;
 4ª ESTRELA – 1842 – Revolução Liberal de Sorocaba;
 5ª ESTRELA – 1865 a 1870 – Guerra do Paraguai;
 6ª ESTRELA – 1893 – Revolta da Armada (Revolução Federalista);
 7ª ESTRELA – 1896 – Questão dos Protocolos;
 8ª ESTRELA – 1897 – Campanha de Canudos;
 9ª ESTRELA – 1910 – Revolta do Marinheiro João Cândido;
 10ª ESTRELA – 1917 – Greve Operária;
 11ª ESTRELA – 1922 – “Os 18 do Forte de Copacabana” e Sedição do Mato Grosso;
 12ª ESTRELA – 1924 – Revolução de São Paulo e Campanhas do Sul;
 13ª ESTRELA – 1926 – Campanhas do Nordeste e Goiás;
 14ª ESTRELA – 1930 – Revolução Outubrista-Getúlio Vargas;
 15ª ESTRELA – 1932 – Revolução Constitucionalista;
 16ª ESTRELA – 1935 – 1937 – Movimentos Extremistas;
 17ª ESTRELA – 1942 – 1945 – 2ª Guerra Mundial;
 18ª ESTRELA – 1964 – Revolução de Março (SÃO PAULO, Site institucional da Polícia Militar do Estadode São Paulo)⁴

Analisando a listagem de marcos históricos da corporação policial pode-se verificar que, em sua grande maioria, esses marcos demonstram como se dá a interação entre a corporação e os cidadãos, isto é, sua atuação é marcadamente de forte repressão a mobilizações sociais (Canudos, Revolta da Chibata, Greve de 1917), à Coluna Prestes (1926) e ao levante comunista em 1935, ao apoio de uma rebelião oligárquica (1932), e a participações em Guerras como forças auxiliares do exército. Entretanto, a estrela que talvez cause mais estranheza é a 18ª estrela, pois se percebe que a PMESP ainda considera o Golpe Civil-Militar de 1964, que deu início ao período de 21 anos de intensa repressão, tortura, violência e restrição de direitos, como uma “revolução”, regozijando-se de ter contribuído para sua efetivação (MARINGONI, 2011, s.p.). Conforme evidencia Carneiro,

A escolha destas datas e do papel das forças militares nesses conflitos evidencia uma vocação de força de

⁴ O site da Polícia Militar do Estado de São Paulo passou por uma reestruturação. No dia 24/11/2017, já não constava mais essas informações no site e o *link* não direcionava mais para essa página.

intervenção política em defesa da ordem vigente, não importa se da Monarquia diante dos republicanos gaúchos farroupilhas, dos “índios hostis” no Paraná, dos liberais de 1842 em Sorocaba, dos soldados paraguaios em retirada; ou da República, em face dos federalistas, dos rebeldes de Canudos, dos conflitos com italianos em 1896, dos marinheiros da Revolta da Chibata, dos grevistas operários de 1917, das rebeliões tenentistas e da caça à Coluna Miguel Costa-Prestes. (CARNEIRO, 2012, p. 83).

Além disso, não são raras as notícias de que homens da PMESP têm participação em ações violentas. Nos últimos anos, são inúmeros os casos de ações violentas, suspeitas de participação policial em grupos de extermínio, assassinatos cometidos por policiais, fraude processual, adulteração da cena de crimes ou a mais comum tipificação, denominada como “Resistência Seguida de Morte”⁵. Para se ter uma ideia da letalidade das forças públicas de segurança do estado de São Paulo, no ano de 2015, a Secretaria Pública de São Paulo divulgou que no ano de 2015 foram 798 pessoas mortas por forças policiais (civis e militares) no estado⁶. Só no primeiro bimestre de 2016, a PMESP divulgou que contabiliza a morte de duas pessoas por dia decorrente de ações de suas forças em serviço.

De acordo com o “Dossiê Mapas do Extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do Estado de São Paulo” elaborado pela organização não governamental Conectas no ano de 2009, analisando os três indicadores 1) a relação entre civis mortos e civis feridos em uma ação policial; 2) a relação entre civis e policiais mortos; 3) o percentual das mortes provocadas pela polícia em relação ao total de homicídios dolosos, desenvolvidos a partir de estudos realizados nos Estados Unidos para reduzir o número de tiroteios nas ações policiais, justificados ou não, chega-se a conclusão de que “há uma prática institucional da pena de morte ilegal e que cabe à polícia a tarefa de prender, julgar, sentenciar e executar a pena” (CONNECTAS, 2009, p. 14).

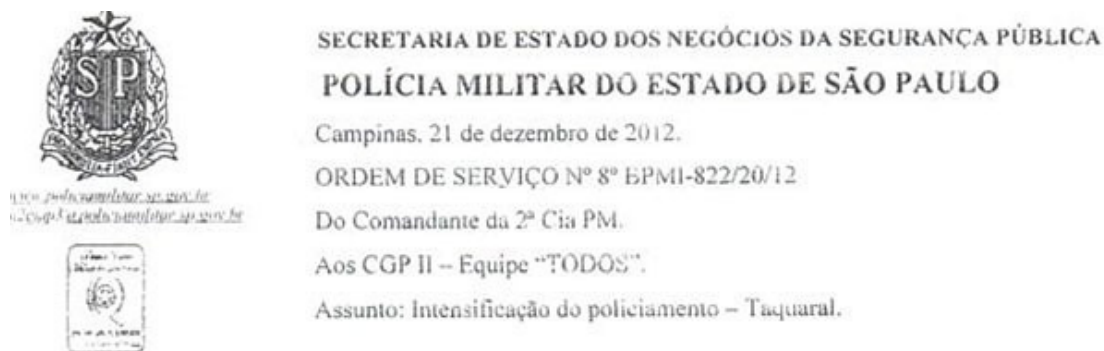
Além de todas as questões acima, o racismo institucional também é uma prática constante que permeia a constituição de uma cultura policial que influencia na filtragem

⁵A partir de 04 de janeiro de 2016, por força de Resolução, a Polícia Civil não mais registrará ocorrências de homicídios cometidos por policiais como “Resistência seguida de morte”, a partir desta data utiliza-se “morte decorrente de intervenção policial” – O que segundo a Anistia Internacional não se altera o paradigma de violência e abuso de forças policiais, nem tampouco reduz o número de homicídios. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/novo-termo-para-auto-de-resistencia-nao-combate-violencia>. Acesso em 05/08/2016

⁶ Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/03/policia-matou-duas-pessoas-por-dia-nos-2-primeiros-meses-de-2016-em-sp.html> acesso em: 05/08/2016.

racial na seleção policial de suspeitos. Como exemplo dessa conduta, podemos utilizar a Ordem de Serviço de nº 8, de 21/12/2012 do Batalhão de Polícia Militar do Interior/822/20/12 emitida pelo Comandante da 2ª Cia de PM da cidade de Campinas – SP em que solicitava aos policiais que focassem “abordagens a transeuntes e em veículos de atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência daquela localidade (bairro Taquaral)”.

FIGURA 1 - Ordem de Serviço - PMESP⁷



1. Esses CGP II deverão conhecer e providenciar para que a viatura do Taquaral (AISP 208-AB) realize o patrulhamento preventivo e ostensivo (saturação), pela Rua Castro Alves, Avenida Júlio Diniz, Rua Baronesa Geraldo de Resende e Rua do Oratório – Campinas – SP, na proximidade do Colégio Liceu Salesiano e imediações aos sábados no horário das 11h00min as 14h00min, sem prejuízo no atendimento de ocorrências, no período de 21DEZ12 a 21JAN13, focando em abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo a residência daquela localidade.

2. Os CGP II e as guarnições designadas deverão constar em RSO o horário das rondas, referenciando esta ORDEM DE SERVIÇO.


UBIRATAN DE CARVALHO GÓES BENEDEUCCI
Cap PM – Comandante

Não por acaso, em artigo publicado no âmbito da Carta Acordo entre Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), Secretaria Nacional de Segurança

⁷ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/02/17/entidades-protestam-em-area-nobre-de-campinas-sp-contras-ordem-da-pm-para-abordar-pardos-e-negros.htm> acesso em 08/08/2016

Pública do Ministério da Justiça (SENASP-MJ) e Fundação de Apoio Institucional da Universidade Federal de São Carlos (FAI-UFSCar) os pesquisadores demonstram que no biênio 2010/2011, 58,5% das vítimas de mortes decorrentes de ação policial são negros, sendo a maior concentração de mortos na faixa etária entre 15 e 29 anos. Os dados relativos a prisões em flagrante demonstram que a taxa por 100 mil habitantes de prisões apontam a razão de 35 negros contra 14 brancos, demonstrando, por sua vez, que existe uma vigilância maior sobre aquele grupo, que se reflete pelo número de prisões em flagrante delito. Cabe ressaltar que esse tipo de prisão poucas vezes decorre de uma investigação prévia, sendo mais frequentes em decorrência de abordagem policial, indicando a filtragem racial nessa prática (SINHORETTO et al, 2014).

3 ANÁLISE DO DISCURSO

. A Análise do Discurso (AD) é uma área dentro da linguística que não se ocupa diretamente nem com a língua como sistema de signos, nem com a descrição do funcionamento sintático, isto é, da gramática, da língua em seu modo abstrato. O objeto de estudo da AD, além de observar todas as questões da língua como sistema de signos, de seu funcionamento em estruturas sintáticas e das estruturas gramaticais próprias de qualquer língua, trata a junção de todos esses saberes, considerando o texto como um discurso. Discurso pode ser entendido como a produção de sentidos enquanto parte constitutiva da vida dos sujeitos, leva em conta a sua história e a maneira pela qual a linguagem está materializada na ideologia e também em como a ideologia se manifesta pela língua (ORLANDI, 2013, p. 15).

Em outras palavras, como sua própria formação etimológica nos apresenta, “a palavra discurso nos dá ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento” (IBID, p. 35). Portanto, a área da análise do discurso se ocupa em estudar a “palavra em movimento, prática da linguagem” (IBID) como forma de significação, de construção e transformação da realidade mediada pelo simbólico. É por meio da análise do discurso que se observa “o homem falando”, observa-se a língua como instrumento de produção de sentidos, a sua relação com o simbólico, tomando-a como elemento constitutivo do homem e de sua história (IBID).

Partindo dessa perspectiva, é imprescindível levarmos em consideração que o discurso é um produto de uma formação sóciohistórica mediado pela linguagem,

linguagem esta que não pode ser restringida ao esquema de funções de linguagem proposto por Jakobson (2005), em que o emissor transmite uma mensagem a um receptor por meio de um código, mas cabe encarar a linguagem tal como ela é, com suas especificidades, fazendo a sua relação entre a tríade língua-discurso-ideologia.

3.1 Condições de Produção e Interdiscurso

Quando pensamos em discurso, devemos encarar toda a complexidade que envolve a sua produção e enunciação. O primeiro ponto que devemos observar são as condições em que determinado discurso foi dito, assim como aquilo que não foi dito e também aquilo que poderia ser dito e não foi. As condições de produção podem ser consideradas em seu sentido estrito, que tem relação com o contexto imediato, o que podemos chamar de “aqui-agora”. Mas, se por outro lado, considerarmos as condições de produção no sentido amplo, “as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico” (ORLANDI, 2013, p. 30). Esse contexto amplo é que traz à tona os efeitos de sentido que são constituídos a partir da relação entre as instituições, da forma como o poder é distribuído, das relações de mando e obediência.

A memória tem fundamental importância no processo de estabelecimento de significados dentro das relações acima citadas. Memória, segundo Pêcheux, não deve ser entendida estritamente como uma “memória individual”, do ponto de vista psicológico, mas, sobretudo, como uma memória “social”, inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. Isto é, a relação com as condições nas quais um acontecimento histórico (descontínuo e exterior) é “susceptível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência, próprio a uma memória” (PÊCHEUX apud ACHARD et al, 1999 p. 49-50).

Nessa perspectiva, a memória é tratada como interdiscurso, que é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2013, p.31), é o saber discursivo, aquilo que torna possível todo e qualquer dizer, que está na forma de o já pré-construído, aquilo que já está na base do dizível e que sustenta cada palavra, a isso, damos o nome de memória discursiva. Conforme Orlandi,

A memória discursiva seria aquilo que, em face de um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-

transversos, etc) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX apud ACHARD et al, 1999 p. 52)

Esses implícitos, por sua vez, não estão, de forma alguma, sob uma forma estável e sedimentada, mas sim sob a forma de repetição, de remissões, de retomadas e de efeitos de paráfrases (IBID, p. 52). Isso implica reconhecer que o dizer não é propriedade única e exclusiva de um único indivíduo e que o dito já foi dito em outro lugar, por outro sujeito e que também significa em nossas palavras.

A relação de sentidos é uma das condições de produção que constituem os discursos, isto é, os sentidos são resultantes das relações em que um discurso aponta para outros que o sustentam, bem como para dizeres futuros. Dentro dessa relação de sentidos, podemos observar o mecanismo de antecipação, que consiste em o sujeito ter “a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor “ouve” suas palavras” (ORLANDI, 2013, p. 39). Esse mecanismo regulatório da argumentação opera de tal forma que o sujeito dirá aquilo que diz, utilizando-se de um modo ou de outro, de acordo com o efeito que ele procura produzir em seu interlocutor.

3.2 Sujeito, Enunciado, Discurso e Formação Discursiva

Assumindo, então a perspectiva discursiva, faz-se necessário estabelecer conceitos básicos para que possamos avançar na leitura deste trabalho. O primeiro conceito que se pretende desenvolver é o de sujeito. É necessário abandonar uma concepção que reduz o homem ao ser natural, biológico, considerando-o dessa forma atemporal, a-histórico, mas compreendê-lo através de sua historicidade. Devemos lembrar que, conforme Orlandi (2013, p. 48), “não é vigente, na Análise de Discurso, a noção de sujeito empiricamente coincidente consigo mesmo”. Em outras palavras, Orlandi afirma que pelo processo de constituição do sujeito, ele é afetado pela linguagem e pela história, o que faz com que o sujeito tenha acesso apenas a parte daquilo que ele diz, isto é, o sujeito é

materialmente dividido desde sua constituição: ele é sujeito de e é sujeito à. Ele é sujeito à língua e à história, pois para ele se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas. Ele é assim determinado, pois se não

sofrer os efeitos do simbólico, ou seja, se ele não se submeter à língua e à história, ele não se constitui, não fala, não produz sentidos (ORLANDI, 2013, p. 49).

O sujeito, a partir dessa perspectiva é constituído na e pela história, ao mesmo tempo em que constitui a história, se constitui, apreende o mundo, o (re)significa de acordo com a mediação realizada pelo simbólico. Conforme afirma Orlandi “o sujeito é o indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia. O sujeito se constitui em sujeito por ser afetado pelo simbólico. Em outras palavras, para que o sujeito seja sujeito é necessário que ele se submeta à língua (ORLANDI apud ACHARD et al, 1999 p. 60).

Outro ponto que não podemos negligenciar é de que o sujeito discursivo é pensado como uma “posição” entre outras, não se constituindo como uma forma de subjetividade, mas um “lugar” que ocupa para ser sujeito daquilo que diz. Quando o sujeito enuncia, ele toma para si um lugar no discurso o qual não lhe é acessível, não tendo acesso direto ao interdiscurso que o constitui. Nesse sentido, podemos afirmar que os sujeitos são intercambiáveis: um sujeito pode adotar diversas posições enquanto se enuncia, ele é pai, é filho, militar, gerente de banco, sempre devendo levar em consideração que a formação discursiva em que o sujeito está inscrevendo em suas palavras deve ser equivalente a outras falas de outros sujeitos que também o fizeram dessa determinada posição.

Um enunciado é sempre um acontecimento linguístico, histórico e discursivo que nem a língua, nem o sentido podem esgotá-lo inteiramente, porque está ligado não somente a situações que ocorrem no momento “aqui-agora” das enunciações, mas, sobretudo, porque é marcado por acontecimentos que escapam à sua rastreabilidade e à sua gênese, como também é ligado a enunciados tanto que o precedem e quanto àqueles que o sucedem (FOUCAULT, 2008). Como diria Bakhtin, “todo enunciado é um elo na cadeia da comunicação discursiva de um determinado campo” (BAKHTIN, 2010, p. 296), ou como afirma Orlandi sobre os discursos (2013, p. 39) “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso”.

Quando falamos de discurso, inevitavelmente, precisamos ir além da compreensão de que eles são resultados puros de um entrecruzamento de coisas ou palavras, ou então como resultado da representação simbólica feita por signos.O

discurso deve aqui ser entendido e analisado como prática social que constrói a nossa realidade por meio da linguagem. Discurso, segundo Foucault é

[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência. (FOUCAULT, 2008, p. 137-138)

O conceito de formação discursiva, segundo Foucault, é a regularidade no processo de construção de sentido encontrada entre certo número de enunciados, em que objetos, tipos de enunciação, conceitos, escolhas estilísticas e temáticas possam estabelecer entre si relações de ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações. A formação discursiva só pode ser definida se

se puder estabelecer um conjunto semelhante; se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se puder mostrar que ele pode dar origem simultânea ou sucessivamente, a objetos [do discurso] que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (FOUCAULT, 2008, p.50).

Isso implica afirmar que o que é dito não é algo dito ao acaso, por qualquer um; não se pode dizer qualquer coisa em qualquer época, de qualquer forma, mas implica em afirmar que o dizer está relacionado a diversas condições (históricas, políticas, econômicas, culturais) pré-estabelecidas que “determinam” que um sujeito possa dizer o que disse, da forma que disse, sobre o objeto de que se fala. Conforme afirmam Harochem, Henry e Pêcheux (HAROCHE *apud* ACHARD et al, 1999, p.62) “a definição de formação discursiva diz que ela delimita ‘aquilo que pode e deve ser dito por um sujeito em uma posição discursiva em um momento dado em uma conjuntura dada’ (IBID, p. 39).

3.3 Relações de poder em Foucault

Antes de iniciarmos a discussão a respeito das relações de Foucault, precisamos buscar a nossa noção prévia acerca do que é o poder, bem como trazer para a discussão como outras áreas do saber conceituam o poder para que se possa, a partir daí, compreender a noção de poder e, mais especificamente, das relações de poder presentes na obra de Foucault.

Quando buscamos a gênese da palavra poder é encontrada do latim *potere*, que nos dicionários comuns constam como capacidade ou habilidade de executar algo, domínio exercido sobre algo, força física ou moral, imposição de obediência, controle todas e outras acepções. Na obra “Dicionário de Política”, de acordo com Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998, p. 943), a noção de poder, em seu significado mais geral, “designa a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos”.

De acordo com Brígido (2013, p. 58), a sociologia conceituará poder como “a habilidade de impor uma vontade sobre os outros, mesmo que enfrente resistência”. Portanto, o poder, segundo o autor, vem de uma camada “superior”, a dominante, sobre uma camada “inferior”, os dominados, ou seja, aqueles que estão sujeitos às vontades e determinações de quem “detém o poder”.

Entretanto, o poder para Foucault assume uma característica diferente em relação às áreas do conhecimento citadas. Foucault não fala apenas de “poder” em si, mas em relações de poder, o que faz com que a noção seja ampliada, uma vez que ele afirma que o poder não pode ser encontrado em uma única instituição, ou em apenas um indivíduo que exerce o poder com legitimidade (sendo ele concedido de maneira democrática, autocrática ou hereditária). Para Foucault, o poder está em todos os feixes de relações humanas, em maior ou menor grau. Sendo assim,

É preciso não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras; mas ter bem presente que o poder não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detém exclusivamente e aqueles que não o possuem. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de

transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. (FOUCAULT, 2014, p. 193)

Então, devemos encarar o poder como múltiplas relações de dominação que “atravessam, caracterizam e constituem o corpo social”, sendo que essas relações não podem se “se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso” (FOUCAULT, 2004, p. 191). Isso implica reconhecer, evidentemente, que o poder ou, mais especificamente, as relações de poder existem, se mantêm e se sustentam no/pelo discurso, mais ainda, de que o poder não é representado apenas por um indivíduo e transferido por sua ascendência ou descendência, mas o poder é e se constitui como uma maquinaria de quem ninguém é titular. De acordo com Foucault (2014, p. 138) sobre o poder “ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui”.

Segundo Foucault, para que o poder seja exercido dentro dessas relações, existem dois itens fundamentais e que dão sustentação a essas relações: a vigilância e a sanção, isto é, a punição.

3.2.1 Panoptismo

De acordo com Foucault, há diversas formas das instituições exercerem o seu poder: violência, coerção, prisão, suplício, banimento e vigilância são exemplos encontrados dentro da história da humanidade que demonstram a capacidade de instituições que detém o poder de impor disciplinas a determinados corpos sociais.

Disciplina, segundo Foucault, são técnicas de assegurar a ordenação, isto é, alcançar a normalização dos comportamentos sociais definindo táticas de se exercer o poder de modo que respondam a três critérios: 1) tornar o exercício do poder menos custoso possível; 2) fazer com que os efeitos desse poder social sejam levados a seu máximo de intensidade e estendidos tão longe quanto possível; 3) ligar esse crescimento “econômico” do poder e o rendimento dos aparelhos no interior dos quais se exerce, fazendo crescer ao mesmo tempo a obediência (docilidade) e a utilidade (capacidade produtiva) de todos os elementos de determinado sistema. Dentro desse cenário, com o intuito de se alcançar determinada “disciplina social” o papel da vigilância torna-se preponderante, pois o poder disciplinar, por meio da vigilância, está em toda parte e

sempre alerta, não deixa nenhuma parte às escuras, nenhum indivíduo que tenha cometido alguma infração sem resposta ou punição (FOUCAULT, 2013).

Da necessidade de impor disciplina a um corpo social, surge o modelo arquitetural de vigilância conhecido como “*Panóptico* de Bentham”, que consistia em duas edificações: uma “[...] construção em anel; no centro [desse anel] uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel” (IBID, p. 190), a construção em anel era dividida em celas, em que havia duas janelas, uma para o lado interior e outra para o lado exterior, fazendo com que a luminosidade atravessasse a cela de lado a lado. Na torre central colocava-se um vigia, o qual não poderia ser visto, nem percebido, o que causaria, conseqüentemente, a sensação de uma vigilância constante. Esse sistema fora utilizado inicialmente em prisões, hospitais, em colégios, e tinha por objetivo “induzir no detento um estado consciente e permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder” (IBID, p. 191).

Desde seu início, esse sistema bem elaborado de vigilância constante foi aperfeiçoado. Assim, esse sistema não ficou restrito a construções de prédios em que se vigiava um determinado número de presos, pois, como afirma Foucault, esse dispositivo permite aperfeiçoar o exercício do poder, sendo o esquema panóptico “um intensificador para qualquer aparelho de poder (IBID, p. 195)”. Esse sistema, com seu aperfeiçoamento, pode ser verificado hoje na atividade de policiamento ostensivo exercido pelas instituições militares que consistem, em sua grande parte, no trabalho preventivo, nas atividades de patrulha, na alocação de viaturas e efetivo policial em locais estratégicos, de modo que a presença do Estado e, conseqüentemente seu poder, representados por homens da Polícia, por si só atuem como um inibidor da criminalidade e desvios de comportamento.

De acordo com Brígido (2013, p. 67), “o panoptismo é um laboratório de poder”. A cada vez que esse método é utilizado, ele é aperfeiçoado, de modo que, “reduz o número daqueles que exercem e multiplica-se o número daqueles sobre os quais é exercido”. Portanto, o panoptismo é um instrumento de perpetuação de poder, porque ele o amplia e dá sustentação.

3.2.2 Corpo e poder em Foucault

Foucault, diferente de outros autores, não dedica sua atenção para os processos corporais, mas “seu olhar se ocupa em analisar, colher e descrever os discursos que

falam e as práticas que atuam sobre o corpo” (FONSECA, 2015, p. 15); isto é, Foucault busca em sua obra, ao invés de descrever o corpo e suas ações, analisa quais os mecanismos que atuam sobre o corpo de forma que seja constituída sobre ele uma subjetividade.

Um dos mecanismos utilizados para que o poder atue sobre os corpos é a disciplina e, para aplicá-la sobre os corpos sociais, foi necessário que as instituições que exerciam o poder também se desenvolvessem internamente em seus soldados para que eles mantivessem sua disciplina. De acordo com Foucault, a descrição do soldado ideal do século XVII era “o soldado é, antes de tudo, alguém que se reconhece de longe; que leva os sinais naturais de seu vigor e coragem, as marcas também de seu orgulho: seu corpo é o brasão de sua força” (FOUCAULT, 2013, p. 131). Assim, muito além da aprendizagem do ofício das armas, que se aprendia lutando, as manobras como a marcha, os movimentos precisos e seus comportamentos se originam de uma retórica corporal da honra, constituindo, assim uma representação simbólica do poder exercido sobre um corpo.

A partir da segunda metade do século XVIII, o soldado se tornou, conforme o autor, “algo que se fabrica”, fazendo que um corpo inapto se torne em uma máquina precisa, com posturas corrigidas fazendo com que o camponês seja expulso dando lugar à “fisionomia do soldado”. Então, o corpo era trabalhado detalhadamente, “de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao mesmo nível da mecânica – movimentos, gestos atitudes, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo” (IBID, p. 133).

Assim, o corpo é reconhecido e tomado como objeto de poder. Ao corpo são direcionadas políticas de coerções, manipulações calculadas de seus gestos, de seus comportamentos, de forma que o corpo humano adquira uma “anatomia política”, uma “mecânica do poder” que permite “não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos ‘dóceis’” (IBID, p. 133).

4 IDEOLOGIA E COMUNICAÇÃO DE MASSAS

Chauí, em sua obra “O que é Ideologia” nos fornece importantes indícios acerca do termo ideologia para que possamos estabelecer um conceito que nos permita

prosseguir. Ela nos fornece dados da gênese de seu uso, que ocorreu no início do século XIX, no livro “*Eléments d’ Ideologie*”, de Destutt de Tracy, no qual ideologia era concebida como um fenômeno natural que exprime a relação entre o corpo humano, enquanto organismo vivo, e o meio ambiente. Foi criticado por Napoleão, que atribuiu aos ideólogos franceses a pecha de “tenebrosos metafísicos”, atribuindo à ideologia as desgraças às quais a França era acometida. Para Napoleão, “o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real” (CHAUÍ, 1994, p. 25). Posteriormente, o termo foi também empregado por Augusto Comte, filósofo positivista, que mantém em partes o conceito de ideologia proposto por Tracy, acrescentando-se que ideologia também era o “conjunto de ideias de uma época, tanto como “opinião geral” enquanto no sentido de elaboração teórica dos pensadores da época” (IBID, p.26). Chauí demonstra também que Durkheim se ocupou em usar o termo ideológico no capítulo II do livro “*Regras para o método sociológico*”. Para Durkheim, o ideológico é um resto, uma sobra de ideias antigas, inteiramente subjetivas e individuais. Desde o origem do uso do termo, em que se concebia ideologia como expressão entre a relação natural entre o indivíduo e o meio em que vive até chegarmos em Durkheim, que considera a ideologia como uma experiência individual e subjetiva, não temos encontrado um consenso acerca do conceito do termo ideologia. Tentaremos, a seguir, demonstrar que a ideologia não é um fenômeno apenas subjetivo em detrimento do objetivo, não é um pré-conceito, nem uma pré-noção, como afirma Durkheim, mas abordaremos o termo como um **fato social**⁸, que é produzido nas/pelas relações sociais, que possui razões determinadas para surgir, conservar, se alterar, como um fenômeno “objetivo e subjetivo involuntário produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos” (IBID).

A ideologia em Marx, de acordo com Chauí (1994, p. 113)

é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e

8

culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção.

Portanto, vemos aqui que o conceito marxista de ideologia como sendo parte constitutiva da realidade, que tem por objetivo manter o *status quo*, em outras palavras, a ideologia é um conjunto lógico e coerente de representações que mascara as relações de poder constantes em nossa sociedade, isto é, a ideologia trabalha de forma a mascarar o que Marx vem a chamar de “luta de classes”. Em última análise, a ideologia trabalha no sentido de **naturalizar** a exploração do trabalho não pago e as relações de poder, como afirma Chauí, “a ideologia nasce para fazer com que os homens creiam que suas vidas são o que são em decorrência da ação de certas entidades (a Natureza, os deuses, [...]) que existem em si e por si e às quais é legítimo e legal que se submetam” (IBID, p. 87)

Para Thompson (2011), Marx dá um passo à frente quando propõe o conceito de ideologia vinculado ao materialismo histórico, pois é a partir daí que o termo engloba uma dimensão histórica e social. Entretanto, a crítica direcionada de Thompson ao conceito desenvolvido por Marx se situa em que a concepção de ideologia por Marx, assim como de Napoleão, “possui um sentido negativo e supõe que os fenômenos caracterizados como ideologia são susceptíveis de crítica” (THOMPSON, 2011, p.73), isto é, eles dão um caráter negativo à ideologia. Além disso, outra crítica dirigida a Marx consiste em apontar que embora Marx tenha acertado em enfatizar a importância das relações de classe como expressão das relações de poder entre forças antagônicas na sociedade. De acordo com Thompson, Marx parece negligenciar ou menosprezar outras relações de dominação como a divisão social do trabalho entre os sexos, a relação entre os grupos étnicos, entre os indivíduos e o estado dentre outros que podemos enumerar.

Thompson desenvolve o conceito de ideologia como formas em que o sentido serve para “estabelecer e sustentar relações de dominação” (IBID, p. 76). Nessa perspectiva, conserva-se, de certa forma, o sentido negativo de ideologia uma vez que mantém o cerne de sustentação das relações de dominação. Entretanto, o que interessa para Thompson não é definir ou estabelecer a verdade ou a falsidade das formas simbólicas (como vemos no conceito de Marx em que ideologia é um mascaramento ou tentativa de ocultação do antagonismo de classes), mas antes é evidenciar como a ideologia serve, em circunstâncias particulares, para estabelecer e sustentar relações de dominação.

4.1 As formas de operação da ideologia conforme Thompson

Thompson, além de nos auxiliar a aprimorar o conceito de ideologia, colocando-o sobre outras perspectivas além da luta de classes, chama-nos a atenção para algumas estratégias utilizadas cotidianamente de como o sentido pode ser construído e difundido na sociedade, e como, a partir de sua construção e difusão esses sentidos operam de forma a estabelecer e sustentar as relações de dominação. O autor antecipa que essas formas apontadas por ele não são as únicas, nem as mais importantes, mas que em uma observação empírica podem vir a ser as mais recorrentes e, de certa forma, mais perceptíveis.

O autor nos coloca cinco modos gerais de operação de ideologia, sendo eles: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. A legitimação, conforme define Thompson, podem “ser estabelecidas [...] pelo fato de serem representadas como legítimas, isto é, dignas de apoio” (IBID, p.82). Weber, segundo Thompson, afirma que a representação dessas relações de dominação legítimas pode ser vista como “uma exigência de legitimação” que é baseada em certos fundamentos e formas simbólicas. Weber propõe três fundamentos nos quais as formas de legitimação podem estar baseadas em:

fundamentos racionais (que fazem a pelo a legalidade de regras dadas), fundamentos tradicionais (que fazem apelo a sacralidade de tradições imemoriais) e fundamentos carismáticos (que fazem apelo ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça a autoridade) (THOMPSON, 2011, p. 82).

Dentro do modo de operação denominado por legitimação está a estratégia de *racionalização*, que está relacionada a uma cadeia de raciocínio que “procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (IBID, p. 82-83). Outra estratégia típica desse modo de operação é a *universalização*, a qual observa que “os acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (IBID, p. 83). A última estratégia do modo de legitimação é a *narrativização* que está relacionada às histórias, mitos fundadores, epopeias e trata o

presente como parte de uma tradição eterna e aceitável, que, muitas vezes, cria, justifica e sustenta relações de poder.

O segundo modo de operação caracterizado por Thompson como dissimulação diz respeito ao estabelecimento e sustentação das relações de dominação pelo fato de elas serem “ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo simples fato de elas serem representadas de uma forma que desvie nossa atenção” (IBID, p. 83). Dentro desse modo, temos a estratégia de *deslocamento*, que consiste em referir-se a determinado objeto ou pessoa e, com isso, atribuí-los conotações positivas ou negativas de acordo com a conveniência de quem detém o controle das relações de dominação. Outra estratégia que facilita a dissimulação das relações de poder é a *eufemização*, que consiste em descrever ou redescrever ações, instituições ou relações sociais de modo a despertar uma valoração positiva. Conforme Thompson (2011),

há muitos exemplos bastante conhecidos desse processo: a supressão violenta do protesto e descrita como a "restauração da ordem"; a prisão ou campo de concentração e descrito como um "centro de reabilitação"; desigualdades institucionalizadas, baseadas em divisões étnicas, são descritas como "desenvolvimento paralelo"; trabalhadores estrangeiros sem direitos de cidadania são descritos como "trabalhadores hóspedes" (IBID, p. 84).

Outra estratégia muito utilizada nesta forma são os tropos (utilização de figuras de linguagem, dentre elas as metáforas) que podem “dissimular as relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas” (IBID, p.84-85).

O terceiro modo de operação da ideologia é a unificação, que consiste em afirmar que relações de poder podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção de uma unidade, em ligar os indivíduos em uma identidade coletiva, sem levar em consideração as diferenças e divisões que possam separá-los. Dentro da unificação, encontramos a estratégia de padronização, que se refere a formas simbólicas adaptadas a um referencial padrão, que podem ser a padronização do idioma nacional, como foi feito no Brasil durante o período da Ditadura Civil-Militar, que proibiu imigrantes de falarem seus idiomas e dialetos dos países de origem, a construção de símbolos nacionais (bandeiras, hinos).

O quarto modo é a fragmentação, que é um modo de operação da ideologia que consiste em segmentar os indivíduos ou grupos que possam ser uma ameaça real aos grupos dominantes, ou então caracterizar-se como uma oposição potencial a um alvo projetado como mau, perigoso ou ameaçador. Uma dessas estratégias é a *diferenciação*, ou seja, a ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas ou instituições, grupos, baseadas nas características que os desunem e os impedem de constituir um desafio às relações de poder existentes, ou exercer uma determinada posição de poder dentro dessas relações. A outra estratégia utilizada é o *expurgo do outro*, que se baseia na construção de um inimigo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador. Contra esses inimigos construídos, todos os indivíduos são impelidos a resistir coletivamente, a expurgá-los. Esse expurgo do outro, conforme afirma Faustino (SILVA Org., 2015) é o que dá base de sustentação para a diferenciação entre o “nós” e o “eles”, para retratar a relação de poder onde o “nós”, caracterizados como os cidadãos de bem, e os “outros”, aqueles que são classificados como “bandidos, vagabundos, suspeitos, até que se prove o contrário” e a partir daí, colocados como indivíduos sujeitos às violências e às retiradas de direitos.

O quinto e último *modus operandi* da ideologia é a reificação. Nesse modo, os processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos tidos como naturais, é nesse modo que as relações de poder são estabelecidas e sustentadas pela retratação de um fato transitório, histórico, dando a essas situações o caráter de permanente, natural e imutável.

4.2 Comunicação de Massa

Debruçando-se sobre a teoria de Althusser a respeito dos Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), poderíamos facilmente caracterizar os meios de comunicação de massa como um aparelho ideológico do estado, visto que, esses meios são instituições distintas e especializadas que apresentam ao expectador um certo número de realidades. Os AIE funcionam predominantemente pela ideologia, por sua vez, ideologia da classe dominante, que detém o poder do Estado e, conseqüentemente de seus aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 1985). Pode-se depreender a partir da elaboração do conceito de Althusser que os meios de comunicação de massa funcionam de forma que seja difundida, por seus meios, a ideologia da classe dominante.

A crítica feita por Thompson a respeito dos conceitos dos AIE elaborados por Althusser é praticamente a feita para o conceito de ideologia em Marx. Conforme veremos a seguir, com o conceito de Mídia desenvolvido por Thompson, podemos vislumbrar um panorama de comunicação de massas que vai além da dicotomia entre classe dominante e explorados, sobre os quais Althusser lança mão. Isso não quer dizer que essas relações de poder entre classe dominante e explorados não sejam estabelecidas e sustentadas por esses meios, mas implica também em perceber que o expectador como sujeito específico, situado historicamente, que recebe as informações pelas mídias e a interpreta ativamente conforme suas formação discursiva, abandonando o determinismo puro das relações de poder que veem o indivíduo como sujeito passivo.

Partindo agora para conceito de comunicação de massa elaborado por Thompson como “a produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos através da transmissão e do armazenamento da informação/comunicação” (THOMPSON, 2011, p. 288), que nada mais são que conjuntos de fenômenos e processos que foram desenvolvidos no curso da história que procuram explorar novas formas de fixação e reprodução e mercantilização de bens simbólicos. Ao passo que esses meios técnicos de difusão de bens simbólicos foram surgindo e se aprimorando, também percebe-se que a forma com que as pessoas interagem foram alteradas, sendo que os meios técnicos, sempre situados dentro de um contexto histórico social e institucional, tornam possíveis novas formas de interação social, modificando ou subvertendo outras formas de interação, e com isso, “esses meios servem para reestruturar relações sociais existentes e as instituições e organizações das quais elas fazem parte” (IBID, p. 296).

Chauí (2006, p. 35) corrobora com o conceito de comunicação de massa elaborado por Thompson afirmando que “a expressão comunicação de massa foi criada para se referir a objetos tecnológicos capazes de transmitir a mesma informação para um vasto público”, referindo-se inicialmente ao rádio e ao cinema, mas que pouco a pouco veio a ser estendida para a imprensa, a publicidade ou propaganda, a fotografia e a televisão.

De acordo com a autora, é com o rádio que se iniciaram efetivamente a informação e a comunicação de massas a distância. Pela capacidade de abrangência que o rádio possuía e ainda possui, por seu poder de persuasão e de convencimento, vemos o seu uso político pelo nazismo, considerado como período em que ocorreu o início da comunicação de massa porque

[...] descobriu e explorou a capacidade mobilizadora do rádio. Conferências de intelectuais nazistas, discursos de Hitler, transmissão de paradas militares, juvenis, infantis, femininas, entrevistas com militantes do partido nazista, transmissão de notícias diretamente das frentes de guerra, concertos e óperas de compositores alemães “autênticos” foram empregados para convencer a sociedade alemã da grandeza, da justeza (sic) e do poderio do Terceiro Reich. (CHAUI, 2011, p. 44)

Essa capacidade mobilizadora, como se pode observar, se estende até a contemporaneidade, uma vez que as personagens que se apresentam nos filmes e telenovelas se tornam “pontos de referência comuns para milhões de indivíduos que podem nunca interagir um com o outro, mas que partilham, em virtude de sua participação numa cultura mediada, de uma experiência comum e de uma memória coletiva” (THOMPSON, 2011, p.219). Essas personagens, seus bordões, caracterizações e comportamentos influenciam e permanecem na memória discursiva dos expectadores.

Olhando para os noticiários de rádio e de televisão, Chauí afirma que a desinformação é o seu principal resultado porque as notícias, conforme a autora, são apresentadas “de maneira a impedir que o ouvinte e o espectador possam localizá-las no espaço e no tempo” (CHAUI, 2011, p. 45). A autora prossegue com duas críticas em relação a apresentação das notícias que são a ausência da referência espacial, que faz com que as diferenças espaciais sejam apagadas, tornando os aparelhos de televisão e rádio o único espaço real, ignorando, assim, as diferenças geográficas e territoriais, tornando um fato acontecido na China, nos EUA ou em Campina Grande pareçam aos expectadores igualmente próximo e igualmente distantes. A outra crítica é sobre a ausência de referência temporal ou acronia, que diz respeito à forma como os acontecimentos são relatados, parecendo como se eles não tivessem causas passadas, nem efeitos futuros, dando origem ao que chamamos de reificação.

Além disso, nos noticiários, o sujeito se apresenta como locutor ou âncora e como repórter, em outras palavras, o sujeito é a própria TV, ao passo que a própria notícia e seus protagonistas figuram como meros objetos. Os protagonistas da notícia falam à câmera e o locutor e o repórter se dirigem a nós, expectadores, explicando e/ou interpretando aquilo que o protagonista diz, fazendo parecer com que ele, objeto, nada sabe e a TV, o sujeito, sabe tudo.

4.3 Simulacro: a encenação do acontecimento.

Chauí entende simulacro como a encenação do acontecimento, isto é, a redução da realidade como uma mera condição de espetáculo, desprezando-se todas as características objetivas de sua produção. O ponto central da autora não está apenas relacionado ao espetáculo em si, mas também ao que acontece quando esse espetáculo é capturado, reproduzido e enviado pelos meios de comunicação de massa (Chauí, 2006).

Dessa forma, conforme Eco (Eco, 1984 *apud* Chauí), nessas produções exibidas pela mídia de massas, tudo é feito de forma que esteja pronto para ser televisionado como se fosse “ensaiado”, elaborado, única e exclusivamente para torná-las entretenimento.

O que vemos desse processo

[...] são as imagens escolhidas, selecionadas, editadas, comentadas e interpretadas pelo transmissor das notícias. Então é preciso reconhecer que a TV é o mundo. É este o significado profundo e preciso da atopia da acronia, ou da ausência de referenciais concretos de lugar e de tempo – ou seja, das condições materiais, econômicas, sociais, políticas, históricas dos acontecimentos. Em outras palavras, essa ausência não é uma falha ou um defeito dos noticiários e sim um procedimento deliberado de controle social, político e cultural (IBID, p.50).

Esse processo faz com que o mundo se reduza a um espetáculo do espetáculo, fazendo com que ele (o mundo) venha pronto e acabado, impassível de mudanças, até o espectador, que está protegido no repouso e na segurança de seu lar (Blanchot, 1978 *apud* Chauí, 2006).

Assim sendo, o espetáculo do espetáculo perde as suas referências, dando a impressão de que são isolados em si, não tendo referências nem com causas passadas, bem como com desdobramentos futuros. Os simulacros surgem como pontos puramente casuísticos, e têm as suas existências determinadas pelo período em que são transmitidos e, da mesma forma, permanecem na consciência dos espectadores enquanto permanece a sua transmissão (Chauí, 2006, p. 46).

5 METODOLOGIA

Os métodos de Análise do Discurso que adotaremos para analisar os dados apresentados estão descritos na obra de Orlandi (2013) e consistem em três etapas, que são: a passagem daquilo que está na superficialidade da língua para o texto, isto é, para o discurso. Nesta etapa, o analista encontra-se num primeiro lance de análise, utilizando-se do esquecimento de número 2, ou seja, desnaturalizando a relação direta entre palavra e coisa, bem como “desfazendo a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira”. Nessa etapa, o analista deve utilizar-se de paráfrases, mecanismos de sinonímia, bem como da relação entre o dito e o não-dito no momento da enunciação. Na segunda etapa, marca-se a transição entre o que está na superfície do texto e, utilizando-se do objeto discursivo, procura-se estabelecer a formação discursiva do sujeito que se enuncia. Nessa etapa é que o analista busca relacionar os interdiscursos que estão e os que não estão contidos dentro da enunciação. Na terceira etapa, após percorrer as duas primeiras etapas, o analista poderá ter indícios da filiação ideológica do sujeito que diz, afastando o que Pêcheux (1975 *apud* ORLANDI, 2013) chama de esquecimento número 1, isto é, o chamado esquecimento ideológico. Dentro dessa etapa, o analista pode desvelar aquilo que levou o sujeito a dizer o que disse, bem como os sentidos que, o que foi dito (ou não-dito) constituíram no momento da enunciação, ou seja, é nessa etapa que desfazemos a ilusão de que o sujeito é a origem daquilo que é dito, do homem que irrompeu o silêncio do universo. Conforme afirma Orlandi (IBID, 2013, p. 35) “embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isto que significam e não pela nossa vontade.

Os três vídeos transcritos foram coletados entre o período de 2012 e 2014, do programa Operação de Risco, programa veiculado pela RedeTV e que segundo o sítio *on-line* da emissora é o *reality* policial pioneiro dentro das emissoras brasileiras e que busca “colocar o telespectador dentro da ocorrência, sem cortes e sem censura”. Nesses programas, são abordados temas que perpassam o dia-a-dia do sujeito empregado nas forças públicas de segurança. Esses vídeos foram escolhidos utilizando-se como critério principal os títulos veiculados pelo programa. Dessa forma, tomamos para análise os vídeos “Operação Bafômetro”, “Moradores bloqueiam ruas e ameaçam motoristas” e “Mãe de ladrões lamenta à vítima ‘me perdoe por tê-los colocado no mundo’”, bem como pela forma em que o sujeito-policial se dirige a um infrator da lei.

Como método de transcrição foram utilizadas as normas presentes no livro “Oralidade em Textos Escritos”, organizado por Dino Preti (1999) com tabela fixada no Anexo A.

Para didatizar a análise de dados foram selecionados excertos das enunciações de acordo com as suas semelhanças temáticas e divididos em duas grandes categorias: “Simulacro: a encenação do ‘ser policial’ televisionada” e “A relação dos corpos e o poder”.

Após o agrupamento das categorias e de seus enunciados, utilizamos o dado empírico de forma a percorrer as três etapas descritas por Orlandi, permitindo ao analista um tratamento crítico das enunciações, analisando-os à luz da teoria sobre discurso e enunciados de Foucault e Orlandi. No que tange a ideologia, utilizaremos os conceitos discutidos por Thompson e Chauí, demonstrando os modos de operação da ideologia de forma a criar discursos e verdades.

6 ANÁLISE DOS DADOS

O tema da militarização das polícias e os abusos cometidos por indivíduos fardados têm se tornado amplamente debatido no cenário nacional, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O delegado da Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, Orlando Zaccone (2015) no prefácio de sua obra “Indignos de Vida – Desconstrução do Poder Punitivo” acende esse debate afirmando que

A violência policial não é um erro de procedimento de alguns policiais preparados. É uma política de Estado no Brasil, que recebe o apoio e o incentivo de parcela da sociedade. Punir policiais que são identificados no abuso do uso da força, inclusive letal, não irá resolver o problema. Muito pelo contrário, punir os policiais é a forma que o Estado tem de não se comprometer com sua própria política.

Dessa forma, não podemos enxergar os excessos no emprego da “força legítima” como de responsabilidade exclusiva do sujeito policial militar, visto que na formação sócio-histórica da instituição na qual esse sujeito constitui-se e é constituído, a violência e os abusos nunca foram exceção, mas, pelo contrário, em diversos momentos da história nacional foram seu *modus operandi*.

Este trabalho não pretende dar a palavra final a respeito do engodo que é a segurança pública no Brasil, nem tampouco cair no embuste de apontar culpados, mas

busca investigar, por meio da materialidade discursiva, o uso do simbólico (ideologia) como uma forma de constituir discursos e, também, sujeitos discursivos. Reconhecemos que nesta árdua tarefa, ainda que a transcrição seja feita de forma fiel e consiga representar uma boa reprodução do material gravado, não será possível captar todas as informações ou resgatar todos os sentidos que delas possam vir a ser constituídos uma vez que reconhecemos que elas são formadas, conforme afirma Foucault, por acontecimentos que precedem e que sucedem o momento da enunciação.

6.1 Simulacro: a encenação do “ser policial” televisionada

Antes de iniciarmos a análise de excertos, faz-se necessário observarmos as condições de produção dos discursos enunciados e que foram gravados pela emissora. Quando observamos a história do Brasil, percebemos que as forças de segurança, isto é, aquelas forças que agem no Estado e pelo Estado, sempre estiveram em meio aos mais variados tipos de conflitos. Como pode observar-se na constelação presente no brasão da PMESP, as intervenções militares, que vão desde a contenção de greves, revoltas e insurreições populares, pequenas guerras entre países vizinhos, como foi a guerra com o Paraguai, e atuando decisivamente na manutenção do poder utilizando-se do golpe, como foram os feitos por Getúlio Vargas em 1930 e 1937, e como foi o golpe civil-militar perpetrado em abril de 1964.

Por esse contexto, constituído pela violência institucional e simbólica, não podemos apenas analisar o vídeo no momento em que ele se inscreve, uma vez que a relação entre os sujeitos discursivos polícia e infrator da lei vêm se constituindo e constituindo esses sujeitos durante toda a história.

Ao analisar os vídeos 1, 2 e 3, podemos perceber que a narração inicial feita pelo apresentador do programa pode ser considerada como um direcionamento dos telespectadores, como podemos ver abaixo:

A: um rapaz que presenciou o roubo de um carro praticado por criminosos fortemente armados liga para 190 e informa a polícia sobre a localização do veículo... Uma viatura consegue encontrar os suspeitos e uma intensa perseguição tem início... É o Operação de Risco junto com a Polícia, que combate a criminalidade. [...]

A: Ao presenciar o roubo de um automóvel, um rapaz seguia os criminosos sem que os mesmos percebessem e foi informando pelo

telefone 190 o caminho que eles seguiam... A viatura policial iniciou uma busca pelo carro e após alguns minutos o veículo foi avistado e deu-se início a uma perseguição em alta velocidade pelas avenidas da região. É o Operação de Risco junto com a polícia, que combate a criminalidade. [...]

As duas transcrições dos vídeos que têm por título “Mãe de ladrões lamenta roubo à vítima me perdoe por colocá-los no mundo”, retratam a mesma ocorrência, televisionadas em momentos diferentes. Podemos verificar que o apresentador, retratado por A, já caracteriza os indivíduos como “criminosos” e “criminosos fortemente armados”. Seguindo o vídeo, vemos que o jargão “É o operação de risco junto com a Polícia, que combate a criminalidade”.

Ao estabelecer esse paradoxo entre “nós” os que estão do lado do bem, aqueles que “combatem” a criminalidade e o “eles”, isto é, aqueles que estão à margem da lei, aqueles que sempre devem ser submetidos ao exame e à suspeita pelo Estado, aqueles que estão fortemente armados eleva-se a ocorrência a uma luta entre o bem (nós) e o mal que deve ser combatido e televisionado.

Ao retratar os infratores, que estão em fuga, como “eles”, percebe-se que o apresentador lança mão sobre uma das formas de operação da ideologia, chamado por Thompson como “expurgo do outro”, que consiste na criação de um inimigo, fazendo com que esse inimigo seja desumanizado, permitindo que sobre ele se recaia todo o tipo de repressão e força estatal, uma vez que é um inimigo e os inimigos, segundo essa lógica, deve ser combatido.

Além disso, vemos que a partir desse início, os sujeitos infratores já estão automaticamente julgados por uma espécie de tribunal paralelo, à revelia do devido processo legal, no qual o apresentador os julga, chamando-os de criminosos, sem que os sujeitos sob custódia tenham a possibilidade de se defender. Além disso, de a televisão não dar a palavra aos abordados, por si só, já evidencia uma estratégia de silenciamento, levando a ocorrência a um desfecho que já está dentro das estatísticas.

No vídeo “Moradores bloqueiam rua e ameaçam motoristas”, o apresentador inicia a apresentação da ocorrência da seguinte forma:

A: centenas de moradores resolveram ir às ruas com fins de reivindicar por moradias... o problema começou quando um grupo de pessoas não obedeceu à ordem dos policiais para desobstruir uma via importante da

cidade... o confronto foi inevitável para garantir a passagem de pedestres e motoristas

A: várias blitz são realizadas com o objetivo de reduzir número de acidentes e mortes no trânsito. Geralmente provocados por motoristas embriagados... Acompanhe agora o trabalho da polícia nas operações conhecidas como Bafômetro.

O apresentador inicia a apresentação da ocorrência dizendo que os moradores “resolveram” ir às ruas. Analisando a escolha lexical, parece-nos que a acepção utilizada não é “manifestar-se com firmeza nos propósitos”⁹, conforme sugere o Dicionário Michaelis, mas como uma atitude tomada às pressas.

O narrador segue a apresentação afirmando que o “problema” começou quando um grupo de pessoas não obedeceu à ordem dos policiais. Determinar que o problema iniciou-se com a desobediência seria, relegar aos manifestantes a culpa pela situação gerada, desprezando-se totalmente o contexto o qual fez com que centenas de pessoas fossem à rua para manifestar-se. Ao fazer isso, o narrador lança sobre os telespectadores uma “cortina de fumaça”, levando-os a concluir que o problema realmente é a manifestação, que é legitimada de acordo com a Constituição Federal de 1988.

Também nesse mesmo trecho, o narrador retira do todo dos manifestantes “um grupo de pessoas”, utilizando-se novamente o “expurgo do outro” para deslegitimar a manifestação de centenas de pessoas

No final da apresentação, o narrador declara que o confronto foi “inevitável”. Com isso, o narrador tenta atribuir legitimidade à ação policial, utilizando-se desse adjetivo como subterfúgio para justificar o desfecho da ocorrência protagonizado pela polícia.

Neste episódio, a identidade do sujeito policial militar é constituída pela emissora da mesma forma que dentro de um enredo de uma narrativa. O policial, herói, é retratado dentro de uma introdução, rompe-se o equilíbrio da narrativa, chamado de complicação, e vai-se ao clímax, que é o ponto alto da narrativa, que é exaustivamente retratado, com partes do vídeo selecionadas repetindo no telão atrás do apresentador. Após tudo isso, há o desfecho em que o policial-herói “resolve” os problemas e restaura o bem e a ordem antes rompida por “alguns manifestantes” que desobedeceram .

No vídeo Operação Bafômetro, a estratégia de apresentação para legitimar as ações da polícia se diferencia das outras duas acima, como podemos ver abaixo:

⁹ Dicionário Michaelis. <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/resolver/> Acessado em 24/09/2017.

A: várias blitz são realizadas com o objetivo de reduzir número de acidentes e mortes no trânsito. Geralmente provocados por motoristas embriagados... Acompanhe agora o trabalho da polícia nas operações conhecidas como Bafômetro.

M3: se o senhor entrar lá na internet, o senhor vai ver a integração de posse, a juíza determinando que a prefeitura tem que entrar com o lado social.

Nesse trecho, a aparente neutralidade usada pelo apresentador provoca no expectador a sensação de neutralidade, como se aquele que diz não se filiasse a esta ou aquela ideologia. Entretanto, olhando atentamente sobre a superficialidade discursiva, podemos ver que há implícito na fala de A que o objetivo das blitz são a redução de número de acidentes e mortes no trânsito. Ora, o caos no trânsito é uma realidade que se observa nos noticiários em horário nobre, bem como os números em relação ao óbito no trânsito, como também as indenizações pagas aos familiares das vítimas dos acidentes.

Vê-se, dessa forma, que o medo é a ferramenta utilizada para legitimar toda e qualquer ação realizada pela polícia. Conforme Chomsky, para incutir discursos no telespectador é necessário mantê-lo bem assustado, porque, a menos que esteja suficientemente assustado e amedrontado com todo tipo de demônio interno, ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar. Portanto, é importante distraí-lo, marginalizá-lo

mantê-lo bem assustado, porque, a menos que esteja suficientemente assustado e amedrontado com todo tipo de demônio interno, ele pode começar a pensar, o que é muito perigoso, porque ele não é preparado para pensar. Portanto, é importante distraí-lo, marginalizá-lo. (CHOMSKY, 2013, p. 28)

Como se pode perceber em todos os três casos, a ideologia é operada de diferentes maneiras, de forma que a simbologia do poder estatal, bem como o uso legítimo da força seja reforçado e, até mesmo, necessário. Não é raro vermos em discursos de candidatos políticos e “não-políticos” para toda a sorte de cargos públicos eletivos entoarem o embuste de que o aumento do efetivo policial é a saída para a crise na segurança pública.

Todos os três enunciados apresentados operam utilizando-se do mecanismo de antecipação como operador de convencimento, pois a forma com que o apresentador “A” se enuncia cria relações de sentido de acordo com suas intenções discursivas, o que, neste caso, é o apoio às ações da polícia, “que combate a criminalidade”.

Seguindo os vídeos, após a apresentação do criminoso ladrão, do criminoso traficante/usuário de drogas e do criminoso manifestante, o editor utiliza as imagens para demonstrar a força do efetivo policial, com várias viaturas com suas sirenes ligadas, enfileiradas, prontas para o *front* de batalha.

No que se refere ao turno da palavra, aprofundaremos esse no próximo item “a relação dos corpos e o poder”, mas dentro da construção do simulacro da ação policial, vê-se que aos abordados ou suspeitos o turno só os pertence para responder aos questionamentos da equipe policial. Por outro lado, percebe-se que a seleção dos turnos é feita de forma que a ação da polícia seja respaldada, como se pode observar no excerto abaixo:

Mb: tá tudo parado ali ((gesticulando)) tá saindo da escola, a minha esposa tá com uma van parada cheia de criança se você deixar dentro da perua olha o calor. fica difícil. se eu colocar na rua um monte de criança e se vou lá , tá tudo saindo do ((escola)), quem tá saindo tá tudo parado alí, ó. o maior problema é esse aí, o que vai fazer com esse monte de criança ali? Se eles pelo menos falassem “não, libera” porque olha o monte de criança, pô! não é nem por manifestação, o ruim é que as crianças tá lá

O excerto selecionado acima retrata a preocupação de MB com o transporte escolar que a sua esposa conduz e pelas crianças que estão em seu interior. Entretanto, quando observamos o enunciado “Se eles (manifestantes) pelo menos falassem ‘não, libera’ porque olha o monte de criança, pô! Não é nem por manifestação, o ruim é que as crianças tá lá” percebemos que intrinsecamente no discurso, há uma tentativa de desqualificação do ato. Nesse caso, o “não é nem por manifestação” revela a posição de MB dentro dos vários discursos que estão em conflito nessa ocorrência. Esse enunciado, proferido pelo motoboy, nesse contexto específico, nos redireciona a outros enunciados como os de racistas que “até têm amigos negros”, isto é, enunciados que, apesar de negarem o preconceito com a desculpa de ter amigos negros, ou, então, o falso apoio a manifestação dizendo que “a população pode se manifestar, desde que não atrapalhe a ordem”, levam-nos a depreender a formação discursiva que leva esses sujeitos a se posicionarem assim, possibilitando que resgatemos, por meio do discurso a sua real posição.

Quando o editor dá o turno da palavra ao MB e a exhibe em rede de televisão ele faz com que a posição deste sujeito corrobore com a ação de forças da polícia, uma vez que se faz necessária a intervenção das forças de segurança, uma vez que há crianças

dentro de uma vã, sofrendo com alta temperatura, sem saber quando isso vai acabar, uma vez que os manifestantes não permitem que o trânsito flua normalmente.

Após esse momento, a força policial busca desobstruir a via utilizando-se do diálogo. Em determinado momento, há uma ruptura do diálogo, então P1 sentencia:

P1: quem for tirar vocês, tem que dar com condições de você ter um lugar pra morar, nem que seja um abrigo da prefeitura, entendeu? essa reintegração é de âmbito federal então não é nem competência do município. Ele falou que o juiz mandou a: prefeitura:: ... toda assistência social, certo? só que isso é amanhã, cara.

M4: tanto pra essa desabrigação, ou pra qualquer outro tipo de coisa, a população precisa ver agora, não dá mais pra ficar esperando.

M5: ((alterando o tom de voz)) ó, o seguinte é esse se o senhor tá dizendo que não dá pra ligar pro prefeito, o problema é do senhor, mas que o senhor tem contato com ele tem sim.

P1: ó... ó... o que é problema meu? cê quer falar assim? ((altera o tom de voz e dirige-se ao morador)) então eu vou falar o que é problema meu

M5: manda abrir a via, então

P1: a minha competência aqui é desobstruir a via.

Indefinido: nós vamos ser tirados à força?

P1: à força

Indefinido: só que amanhã/ só que amanhã ((cidade)) vai ficar pequena ((muda-se a cena e mostra-se a multidão armando barricadas e armando obstáculos – segue-se também com um som forte))

Multidão: O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO! O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

R: alguns indivíduos se exaltam e passam a hostilizar a presença da polícia

((agora, mostra-se a força policial, suas viaturas e sua tropa se equipando, a música sugere um ambiente de batalha))

No momento em que M5 altera o tom de sua voz por não ver a reivindicação de seu grupo, o único representante do Estado naquele momento encerra abruptamente o diálogo, sentenciando que sua obrigação era apenas a de desobstruir, mesmo que fosse a força. Nesse momento, está armado o clímax, o campo de batalha está pronto e as câmeras do programa estão ali prontas, exibindo a eclosão do confronto, tal e qual um rastilho de pólvora aceso, pronto a explodir.

Palavras de ordem, ainda reverberadas do Movimento pelas Diretas Já, utilizadas exaustivamente no século anterior durante a abertura democrática do país, no qual se pedia o direito de eleger por forma direta o chefe do executivo. A reverberação dessas palavras de ordem permite-nos perceber que elas estão dentro da formação discursiva da

população brasileira, fazendo com que recorrentemente elas sejam repetidas dentro da história dos movimentos sociais organizados.

Mais um momento de tensão e “R” dá o *start* para a batalha entre PM e manifestantes. Quando R utiliza-se de “alguns indivíduos”, retirando-os do corpo social em manifestação, o repórter tenta dar à sua narrativa aparente neutralidade, separando os indivíduos hostis do restante dos manifestantes. Os indivíduos, por sua vez, sofrerão a forte repressão do Estado, uma vez que na sequência exibem-se as equipes se paramentando para um grande embate.

No final dessa ocorrência, R se enuncia:

R: os policiais reestabelecem a ordem, a rua é liberada e a tropa recua
 P1: pelotão, auto. em linha. frente à rua, marche!... parabéns pela atuação! a missão foi cumprida! via desinterditada!
 A: as equipes conseguem visualizar o veículo roubado

Assim como nos contos maravilhosos, o bem, representado pela PM, consegue vencer o Mau, os transgressores hostis, e a ordem é reestabelecida. O comandante da operação saúda os seus comandados parabenizando-os pela sua atuação e pela missão cumprida.

Não há em toda ocorrência a preocupação de levar em consideração as reivindicações apresentadas pelos manifestantes, que é a luta pela moradia. O turno da fala só é dado aos manifestantes em alguns momentos, mas já é rapidamente retomado pelo comandante da operação, relegando à população desobediente, o silêncio e ter a sua história contada pelas lentes das câmeras.

No outro vídeo “Mãe de ladrões lamenta roubo à vítima: ‘me perdoe por colocá-los no mundo’”, além do que fora apresentado nos excertos anteriores, podemos ver que a perseguição aos suspeitos excitam os policiais, como podemos ver no excerto abaixo:

P1: COPOM TÁTICO 25 COM UMA CERTA (carro) PRETO SE EVADINDO SENTINDO RUA ((ruído)) QSL? NA ALTURA DO SATÉLITE ((ruído))... ALÁ VOLTO VOLTOU PARA A MÃO BRANCA COPOM... TÁ NO VISUAL... POSITIVO COPOM CARÁTER GERAL ((ruído)) TÁTICO 25 MÃO BRANCA ((a equipe de edição retorna a imagem do veículo suspeito saltando uma lombada seguido pela viatura policial))
 P1: COPOM EU TÔ PASSANDO EM FRENTE DA ((ruído))
 P2: SEGURA! SEGURA!

P1: VAI! VAI VAI!... RODOU! BATEU! VAI tio, vai que a fumaça eu não tô enxergando nada vai... CONTINUOU CONTINUOU... Ó VIATURA CRUZOU AÍ

[

P2 VAI VAIVAIVAI:!!!!

A: a guarnição decide virar uma rua à direita, mas recua quando percebe que o veículo seguiu em frente

P1: ALI Ó É NIHIL NUM É NUM É NUM É FOI RETO DAQUI PRO QTA AÍ

Nesse momento da ocorrência, pode-se ver que um sentimento de caçada toma conta dos policiais militares dentro da viatura. No momento em que eles avistam o veículo dos suspeitos, o comportamento desses sujeitos se altera. O efeito da adrenalina que a perseguição causa nos policiais é visível pela inquietação deles dentro da viatura. O “vai, vai, vai!” nos remete a uma caçada de gato e rato e, por incrível que pareça, o sujeito policial se excita com isso, e a caçada se intensifica à medida que os suspeitos tentam se evadir das viaturas.

Algo que nos chama a atenção é que nesse momento, a construção da imagem do policial como um bom sujeito, a aproximação do padrão da New Scotland Yard, força policial de Londres reconhecida como modelo de polícia cidadã, não se sustenta, uma vez que dentro do jogo discursivo de polícia e ladrão, a repetição das situações de perseguição vivenciadas no período pré-republicano, na Primeira República e também nos anos de chumbo ainda estão dentro da formação discursiva da polícia e isso reflete diretamente em sua práxis.

O desfecho dessa ocorrência, após a captura dos dois suspeitos e a condução deles ao Departamento de Polícia Judiciária, a narrativa imita as fábulas por seu conteúdo moralizante, como podemos ver:

((mostra a imagem do policial abrindo o compartimento em que estão os presos e a mãe se aproxima dos dois suspeitos))

Mãe: pô, filho, pelo amor de Deus, cara, que foi que eu te falei ontem? ((mãe começa a chorar)) falei para você não aumentar o meu desgosto... o que você quer da vida fazendo isso, você quer me matar? É isso o que você quer, filho, me matar? E você, cara, o que foi que eu te falei ontem? ((batendo no ombro de S1))

S1: desculpa, mãe.

Mãe: o que foi... desculpa o ((palavrão)). O que foi que você me prometeu ontem? O que foi que eu te falei, que o diabo tava preparando que era assim que você sair com o (nome) os policial ia te pegar?... o que eu faço agora, filho? ((dirigindo-se a S2)) Fala pra mim, a situação que sua mãe se encontra, a situação que sua mãe se encontra, meu filho, no

momento que eu contava com você, meu amor. Filho, pelo amor de Deus.

P5: esse aqui tava preso, senhora?

Mãe: esse aqui eu acabei de tirar tem dois dias, moço ((referindo-se a S1))

P5: tava onde o menino?

Mãe: tava lá em Hortolândia

P5: Fundação Casa?

Mãe: não, tava no Sumaré lá, na delegacia lá, preso.

P5: que que aconteceu?

Mãe: tráfico

P5: tráfico?... e esse outro menino aqui, foi preso já?

Mãe: já foi preso por roubo de carro também... primeira vez que foi roubar foi preso e agora foi de novo... não tem um mês que esse homem saiu da delegacia

R: a vítima tá ali o que a senhora falaria para vítima numa situação dessas?

Mãe: não sei, meu amor... não sei o que te dizer

R: ela foi abordada lá no veículo, eles tavam armados e apontaram a arma pra ela, falaram que ia matar ela

Mãe: meu Deus

R: se não desse o veículo para eles

Mãe: senhor amado... esse é a angustia da minha vergonha, desgosto da minha vida... porque eu sou sozinha, sou pai e mãe deles, e eles em vez de me ajudar, eles me complica ainda mais? O outro trabalhou desde os 14 anos no mesmo serviço, de janeiro pra cá mudou a cabeça totalmente pra poder fazer coisa errada. Entendeu? O único que eu contava comigo, pra poder me ajudar, pra poder tirar o outro desse mundo, das droga que ele tava traficando, e vai, entra pro mesmo caminho, pior ainda.

R: eles usam droga?

Mãe: não, eles são maconheiros, eles fumam. Só que o outro era traficante, traficava que era uma desgraça... e esse outro nunca fez nada disso... sempre foi um menino bom, menino trabalhador, mas de janeiro pra cá, começou... e agora tô com dois dias que eu vi que ele vai influenciando o outro e eu falava “filho não vai”, de menor, “não vai”, e ele “mãe, não vou mais mãe, eu sofri, não quero mais”. Só que eu vi que de ontem pra hoje, ele tá influenciando o menino, e conseguiu influenciar, e ó o que foi que deu, acabaram de sair da casa da minha mãe, que eu tava na minha mãe, ele falou “mãe, vou ali, daqui a pouco eu volto”, os dois. Aí daqui a pouco vocês me liga.

R: Oi senhora ((dirigindo-se a vítima)) ela é a mãe do menino, queria pedir desculpa pela situação

Mãe: moça, eu sei que isso não vai adiantar muito, entendeu? Mas pra mim é uma vergonha, eu como mãe que sempre dei um exemplo de mãe, e eu saber que meu filho anda com arma na mão, agredindo os outros ((repete-se a imagem do policial mandando os dois suspeitos abordados sendo jogados no chão e P1 mandando eles sentarem no chão e cruzarem as pernas))

Mãe: você me perdoe por eles, me desculpe. Falta de bom exemplo não foi, nunca fui bandida, nunca fiz nada de errado, sempre trabalhei pra

poder cuidar deles, eles tão nesse mundo porque eles são safados, sem vergonha, eles não têm necessidade, eles têm do bom e do melhor... eles não tem necessidade, é sem-vergonhice mesmo, safadeza, porque quer ser bandido. Então você me perdoe, me desculpe, por ter colocado umas peste dessa no mundo... e tá fazendo o que tá fazendo.

Nesse excerto, a imprensa, utilizando-se de sensacionalismo, característica comum e recorrente aos programas desse gênero, fazem questão de mostrar o sofrimento que o mundo do crime traz à mãe dos infratores. Assim como nas fábulas de Esopo, o seu conteúdo moralizante fica evidente de que o encarceramento é o destino dos infratores da lei. Além de ressaltar o papel da polícia militar no combate à criminalidade. O repórter, de uma forma invasiva expõe a mãe dos detidos à vítima, mostrando-a pedindo desculpas à vítima.

Nesse final de ocorrência, o repórter tem o turno mais vezes, descreve a ação dos suspeitos à mãe, ressaltando as ameaças que os filhos fizeram à vítima, contribuindo para que ela fosse ainda mais fragilizada. Essa é uma das formas de se manifestar a economia do poder, uma vez que o suplício, da forma como é retratada em Foucault (2013), não é admitido em nosso Código Penal, o suplício nesse caso, “não corresponde a qualquer punição corporal: é uma produção diferenciada de sofrimentos, um ritual organizado para a marcação das vítimas e a manifestação do poder que pune” (IBID, p. 36). Ao invés da utilização da força e da violência física, utiliza-se da violência simbólica, representada pelo sofrimento da mãe diante da prisão de seus filhos.

Mais uma vez, temos um término de ocorrência padrão, protagonizado pelo comandante da equipe:

P1: a gente vai apresentar a ocorrência pro delegado de plantão o qual vai enquadrar os indivíduos no artigo 157, né? Roubo qualificado mediante emprego de arma de fogo. Vocês podem ver o revólver de calibre 38 utilizado pelos marginais e cinco munições intactas de calibre 38.

Esse policial que se apresenta não parece ser o mesmo policial que estava dentro da viatura gritando excitado Vai, Vai, Vai! Ele retorna à construção de seu personagem de policial-cidadão e encerra a ocorrência com tranquilidade.

Diante das análises dos excertos, podemos perceber que o sujeito policial retratado pela equipe televisiva não é aquele sujeito policial que sobe favelas e entra para as estatísticas apresentadas anteriormente. É um sujeito policial pacificado, que

cumpra estritamente o seu dever institucional, que é o de manter a ordem e zelar para a propriedade privada.

Os acontecimentos são relatados pela equipe de reportagem como se não possuíssem causas passadas, nem efeitos futuros. Eles surgem e são apresentados como pontos tão somente atuais e sem continuidade no tempo, que têm a sua duração enquanto são objetos de transmissão e que deixarão de existir assim que se finalizar a transmissão (CHAUÍ, 2006). Que são apreciados pelos telespectadores protegidos dentro de suas casas, sentados em seus confortáveis sofás. Esses acontecimentos, quando relatados, criam no espectador a ilusão de segurança, de que o bem sempre vence no final e de que esses malfeitores não chegarão perto de suas famílias, pois há a Polícia e o Operação de risco, que combatem a criminalidade.

6.2 A relação dos corpos e o poder

O corpo, segundo Foucault, desempenha um papel essencial, dentro de um sistema político. No século XVII, o corpo se torna central dentro do sistema penal francês. É por meio dos suplícios e, sobretudo, dentro dos excessos cometidos é que se investia toda a economia do poder. O suplício deve ser marcante, em relação à vítima e ostentoso para a justiça que o impõe. Quanto mais o culpado gemia e agonizava, maior era a glória da manifestação do poder se exercendo. O sofrimento físico, por sua vez, não se sustentava apenas pela economia do exemplo, mas sim pela política do medo. Dessa forma, ao estabelecer sobre o apenado o cerimonial de violência sobre seu corpo, não se buscava reestabelecer a justiça, mas, sobretudo, reativar o poder, exibindo sua força.

Se do século XVII ao século XVIII a literatura criminal estava impregnada com o castigo corporal, a ideia da “pena” no sentido físico, não se faz diferente na atualidade. O discurso da violência sobre o apenado e a necessidade do sofrimento para se expiar suas faltas ainda está presente na memória discursiva da população, seja por esse discurso histórico do além-mar, seja pela nossa história e constituição das instituições das polícias militares. O programa Operação de Risco, nesse contexto, opera como um instrumento para inculcar essa ideologia em seus telespectadores, além de espalhar o medo do “inimigo”.

Os excertos abaixo tentarão demonstrar como são utilizadas a disciplina e a violência subjetiva como mecanismos de manifestação do poder punitivo do Estado.

No vídeo “Operação Bafômetro”, vemos a ocorrência de jovens abordados em uma blitz de trânsito. Durante a ocorrência, podemos ver os comentários do transcritor de ações não-verbais:

((aparecem imagens dos cidadãos abordados em posição para revista pessoal))

Essa posição de revista pessoal, com as mãos cruzadas para trás podem ser vistas dentro do procedimento operacional padrão de qualquer força policial. Mas também, do ponto de vista simbólico, em combinação com a sonoplastia que sugere suspense a partir do momento em que o policial percebe um dos abordados com cheiro de maconha, constitui em si um discurso que revela a economia do poder atuando sobre os corpos dos abordados.

Ao apresentar os abordados em visível coerção corporal, através da aparente neutralidade que as imagens trazem, a emissora revela ao telespectador a ação do poder em si. Se nos séculos XVI e XVII a violência física era utilizada para manutenção e perpetuação do poder, é a disciplina, nesse caso quem o fará. É dentro dessa economia do poder que se percebe como é feita a docilização dos corpos.

Seguindo-se na ocorrência, podemos ver a utilização do corpo do policial militar como um instrumento de coerção e violência simbólica:

((P1 aumenta o seu tom de voz ao repetir o questionamento e se aproxima de Ab1))

Ab1: não tenho meu irmão

P1: cê tá fedendo a maconha cadê a maconha? Cadê?

((P1 continua a se aproximar de Ab1))

P1: cadê a maconha? que hora cê fumou?

Ab1: pô... faz tempo

P1: que hora cê fumou?

Ab1: faz tempo.

P1: se tiver alguma coisa ali você tá na água ((gesticulando com a mão simulando uma arma apontando para o carro)) vai lá e me dá a maconha. vai lá e me dá a maconha ((acompanha Ab1 até o veículo))

Dentro desse excerto, o corpo do soldado, aquele que, segundo Foucault (2013), se fabrica como uma máquina precisa, ao utilizar-se como instrumento de ação e coerção, constitui em si uma “mecânica do poder”. Essa mecânica é obtida por meio da disciplina. É por ela e por meio dela que um poder toma os indivíduos como

instrumentos de seu exercício. Dentro desse contexto, o policial não é mais um corpo social dotado de subjetividade, mas um corpo dócil, que pode ser comandado, submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.

Todo o gestual utilizado, a aproximação intencional como forma de intimidação, o tom de voz utilizado são combinações milimetricamente pensadas dentro da constituição do sujeito policial. Esses sinais verbais e não-verbais não são utilizados ao acaso, mas compõem um complexo discurso policial que é constituído no poder e pelo poder.

Os abordados, nesse caso, já não têm mais controle sobre seus corpos, da mesma forma que os policiais, ambos os sujeitos do discurso estão se constituindo pelo poder. Entretanto, o que difere um do outro é como o poder se exerce sobre eles. Dentro da observação das enunciações fica muito claro quem detém e quem não detém o poder. Enquanto aos abordados cabe apenas ficar assujeitado, com as mãos para trás e tendo o turno da fala apenas quando ele é concedido pelo policial e, muitas vezes, se resume a um balanço positivo de suas cabeças. Ao policial, o turno da fala é sua posse, ficando esse a sujeito a possibilidade de conceder, retirar ou assaltar o turno dos outros sujeitos.

No vídeo “mãe de ladrões lamenta roubo à vítima” pode-se perceber a força física sendo aplicada sobre o corpo dos suspeitos, os excertos abaixo permitirão identificar como a força punitiva é aplicada antes mesmo de os suspeitos serem indiciados conforme prevê o código penal:

P1: PEGOU PEGOU... VAI LÁ VAI LÁ... FICA AI JHOW PAROU
 PÕE A MÃO NA CABEÇA MÃO NA CABEÇA CRUZA AS PERNA
 CRUZA AS PERNA CRUZA AS PERNA
 ((na frente de P1 aparece P4 rendendo S2 com o ajoelhado sobre suas costas tentando imobilizar o suspeito))

Neste momento, o sujeito policial P4 aparece exercendo o uso legítimo da força que ele detém para algemar o suspeito. A partir do momento da captura deles, seus corpos estarão sujeitos à disciplina e às demonstrações do poder punitivo do Estado.

Levando em consideração a antecipação do sujeito criminoso que foi construída em todo discurso do programa Operação de Risco, bem como por nossa história punitiva, esses sujeitos já não são considerados como cidadãos e, portanto, não dignos dos direitos fundamentais de primeira geração expressos pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988. O direito à inviolabilidade do direito à vida é inerente ao ser humano,

uma vez que o legislador tem a preocupação que norteia toda a constituição é o respeito à dignidade humana e a vida. Esse assujeitamento do infrator da lei, por sua vez, e a sua “desumanização” ocorre em consonância com o discurso do “bandido bom é bandido morto”. A partir daí, qualquer tratamento dispensado a esses é aceitável, ainda que atentem contra a sua honra objetiva e subjetiva.

Adiante no vídeo, o sujeito P4, que já tem o abordado sob custódia e algemado o arrasta pela camiseta, como podemos ver na nota do tradutor abaixo:

((P4 puxa S2, que está deitado e algemado, pela camiseta))
P4: LEVANTA!!!

O suspeito, que tem as mãos algemadas, com dificuldade para levantar é arrastado pelo policial. Essa postura policlesca faz com que a detenção do indivíduo seja espetacularizada e, por um momento, o policial que, aparentemente, não percebeu estar sob o foco das câmeras revela como se trata um “bandido” quando as câmeras não estão supervisionando suas abordagens. O discurso do “policial herói”, nesse momento, é posto em cheque, uma vez que o uso da força, ora legitimado, perde-se haja vista que ela é utilizada desnecessariamente.

Em momento algum, a ação dos policiais é questionada, nem pelo narrador e nem pelo repórter que acompanha a ocorrência. Esse não-dizer representa, discursivamente, duas hipóteses principais e não excludentes: ou o repórter não viu nada de abusivo dentro da conduta do policial ou a violência institucional é um discurso tão incutido que se tornou natural e, por ser natural, não choca, não provoca questionamento.

A seguir, os policiais, que já estão quase concluindo a ocorrência continuam a manipular os corpos dos abordados arbitrariamente.

((aparece a imagem dos policiais conduzindo os suspeitos na passarela com o braço entrelaçado ao braço dos suspeitos forçando-os a flexionar as costas para frente))

P1: senta no chão, cruza as pernas, cruza as pernas, abaixa a cabeça, ladrão tem que olhar para o chão... abaixa a cabeça os dois... abaixa a cabeça ladrão

No excerto acima demonstra todo o cerimonial da detenção, a dominação dos corpos e a coerção estão presentes nessas imagens. Diferentemente de outros trechos, nesse momento, o sujeito policial enuncia-se e percebe-se dentro de seu discurso qual é

o papel do “ladrão”, que corrobora com o que fora escrito acima. O “ladrão” a partir do momento em que é capturado pelas forças do Estado não tem direito ao turno da fala, não tem direito ao discurso, sua participação exclusiva é abaixar a cabeça.

O ostentar a prisão dos indivíduos em via pública, sentados e algemados é mais uma demonstração da força policial, que como todo início de programa é repetido, combate a criminalidade. A “exibição do espetáculo” corrobora o discurso de que “o crime não compensa”. Além disso, é uma demonstração de que a polícia está cumprindo com uma de suas obrigações, que é atuar ostensivamente na defesa do patrimônio.

No final da ocorrência, P1, comandante da operação tipifica o crime cometido pelos sujeitos:

P1: a gente vai apresentar a ocorrência pro delegado de plantão o qual vai enquadrar os indivíduos no artigo 157, né? Roubo qualificado mediante emprego de arma de fogo. Vocês podem ver o revólver de calibre 38 utilizado pelos marginais e cinco munições intactas de calibre 38.

O fato de P1, apesar do fato de ter diante de si uma prisão em flagrante delito, já enquadrar dentro do código penal, indicando quais incisos os abordados infringiram vai além da sua competência, uma vez que isso é tarefa exclusiva da polícia judiciária mediante a instauração de inquérito para apuração do crime e possível abertura de processo penal em desfavor dos indivíduos.

Esse pré-julgamento anterior ao devido processo legal é o que, em muitas ocorrências colaboram e orientam práticas discricionárias do uso força policial. Além disso, o sentenciamento, ainda que na ocorrência de prisão em flagrante delito, corrobora e empodera o discurso de desumanização dos sujeitos infratores, isto é, como são culpados, deverão ter a sua punição.

Ao realizar a análise dos discursos veiculados por meio da mídia nos fragmentos presentes nas duas categorias de análise “Simulacro: aencenação do ‘ser policial’ televisionada” e “A relação dos corpos e o poder”, pode-se depreender a forma como os discursos são constituídos, bem como nos faz perceber a filiação ideológica de quem veicula esses programas, possibilitando aos sujeitos uma interpretação ativa dos discursos a que o espectador está diariamente exposto, possibilitando a este uma ruptura da reprodução inconsciente dos discursos.

7 CONCLUSÕES

Ao realizar o levantamento acerca do conceito de polícia proposto por Monjardet (2012), como uma instituição “criada pela autoridade política para promover, realizar ou salvaguardar interesses coletivos identificados” (IBID, p. 24) e como a instituição que “detém o monopólio da força em relação a todos (IBID, p.26), como também ao realizar uma pesquisa acerca da constituição das forças policiais no Brasil, demonstrando como a militarização influenciou e ainda influencia a formação dos sujeitos policiais militares, buscou-se investigar de que forma a mídia age na constituição do discurso de legitimação do uso da força em ações policiais retratadas pelo programa Operação de Risco neste trabalho, ficando claro para nós o uso de operadores para inculcar determinada ideologia na sociedade.

Dentro desse panorama, conseguimos estabelecer, por meio da análise dos discursos uma resposta à pergunta de pesquisa “de que forma o programa Operação de Risco contribui para os discursos de legitimação da violência policial?”, bem como foi possível evidenciar por meio das reflexões dos teóricos que embasaram a produção desse texto e do resultado obtido pelas análises, foi possível evidenciar que o discurso também é um território político em disputa, bem como promover a ruptura dos discursos de neutralidade amplamente divulgados pela grande mídia.

É importante ressaltar que a violência física e simbólica não são apenas utilizadas pelas forças policiais no Brasil. Este trabalho demonstra como o uso da violência sobre os corpos a exemplo do sistema penal francês contribuía para, assim, constituir uma “economia do poder”, baseada na vigilância e na sanção, esta levada ao máximo grau pelo suplício.

Vemos, também, que a construção sócio-histórica do sujeito policial militar está intimamente ligada à proteção da propriedade privada, baseada fundamentalmente pelo uso da repressão por meio da força. Nessa linha do tempo que se inicia no século XVI e se encerra na abertura democrática do país após 1985, vê-se que não raras foram as vezes em que o Estado brasileiro se utilizou de suas tropas para impor o poder e, também a sua ideologia.

Dentro desse estudo, após a leitura da linha do tempo acerca da história da formação da polícia militar, somos levados a observar o nosso corpus com um olhar ainda mais crítico, haja vista que percebemos como que historicamente os sujeitos policiais foram forjados, bem como fazem o uso “legítimo” da força conferido a eles.

Entretanto, dentro do corpus, analisando os itens verbais e não-verbais transcritos, podemos perceber que a força também pode ser utilizada de maneira discricionária, como foi o caso do policial arrastando o sujeito já sob custódia em cima da passarela.

Além disso, podemos analisar a estrutura dos episódios transcritos como a construção de um simulacro, isto é, não como uma representação fidedigna do sujeito policial militar constituído historicamente, bem como dos discursos que o constituem, mas uma tentativa romanesca de representar esses sujeitos como “heróis” e tudo o que disso implica, constituindo, dessa forma, uma narrativa de polícia cidadã, que, junto com o programa de TV combate a criminalidade.

Ao representar os acontecimentos transcritos no momento “aqui-agora” sem levar em consideração a historicidade de todos os fatos, tenta-se, conforme descrito por Chauí (2006), reificar essas histórias, isto é, tenta-se afastar todo o contexto histórico das ocorrências, como se eles não fossem um resultado de um processo histórico com causas passadas e nem reflexos no futuro, ocasionando, dessa forma, um distanciamento entre o telespectador e a ocorrência.

Entretanto, numa breve análise, essa narrativa retratada pela mídia, por meio do programa Operação de Risco, que tem como pretensão ser neutra e não veicular nenhuma ideologia, na verdade, se evidencia como um discurso de naturalização e legitimação das violências física e simbólica cometidas pela polícia militar. É no e pelo discurso que a ideia de neutralidade não se sustenta, pois há uma clara tentativa de seleção e edição de imagens, monopolização de turno da fala e outras estratégias que têm por objetivo reforçar essa ideia. Um dos modos de operação da ideologia mais utilizados e apresentados no item 5.1 é a antecipação como mecanismo de “expurgo do outro”, que tem como objetivo a desumanização do abordado pela polícia militar, utilizando-se a formação discursiva dos expectadores sobre a representação do sujeito infrator da lei para a aceitação de toda violência sobre os seus corpos.

Também podemos perceber como a relação corpo-poder-discurso está intrinsecamente imbricada de forma a demonstrar como o poder é exercido pela polícia militar dentro dos episódios, bem como pode identificar como o mecanismo de docilização dos corpos constitui não apenas o corpo do sujeito policial militar, mas determina, também, todos os corpos de forma que podemos depreender que há uma economia do poder que rege essas relações, que determina quem fala, como fala, quando fala e a quem fala. Dentro desse mecanismo, fica evidente quem é que detém e quem é que não detém o poder.

Desse modo, espera-se que as reflexões aqui expostas possam auxiliar no desenvolvimento de uma reflexão crítica sobre os discursos, sobretudo no que se refere aos discursos em relação às forças militares. Essas reflexões vêm em um momento de recrudescimento social, no qual forças reacionárias vêm, sistematicamente, pedindo o retorno dos militares ao poder. Então, para que esse contexto de truculência, violência e tortura muito presentes na constituição das instituições militares e recrudescido durante o período da ditadura civil-militar fique vivo nas memórias dos cidadãos, faz-se necessário sempre lembrarmos para que não aceitemos mais períodos sombrios como aqueles vinte e um anos de ditadura civil militar pelo qual a nação brasileira passou.

8 REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre et al. **Papel da Memória**. Pontes Editores. Campinas: 1999.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. 5ª edição. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2010.

BRASIL. **Ato Institucional N° 1, de 9 de Abril de 1964**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm acesso em 03/08/2016.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de Julho de 1934)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm acesso em: 29/06/2016

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (De 25 de Março de 1824)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm acesso em 25/06/2016

BRASIL. **Lei N° 6.620, de 17 de Dezembro de 1978**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6620.htm. Acesso em 15/07/2016

BRASIL. **Lei N° 7.170, de 14 de Dezembro de 1983**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7170.htm acesso em 03/08/2016

BRÍGIDO, Edimar Inocência. **Michel Foucault: Uma análise do poder**. Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 56-75, jan./jun. 2013. Disponível em: www2.pucpr.br/reol/index.php/direitoeconomico?dd99=pdf&dd1=12702 acesso em: 23/08/2016.

CARNEIRO, Henrique. **Corporação de SP vê “Glória” na repressão de rebeliões populares**. Revista Adusp. São Paulo, Outubro de 2012. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/files/revistas/53/mat11.pdf>. Acesso em: 05/08/2016

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** 37ª Edição. Editora Brasiliense. São Paulo: 1994.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder.** Uma análise da mídia. 1ª edição. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo: 2006.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: Propaganda Política e Manipulação.** Editora WMF Martins Fontes. São Paulo: 2013

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. **Doutrinas de Segurança Pública: Banalizando a Violência.** 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n2/v5n2a02.pdf> acesso em: 01/08/2016.

CONECTAS (Org.). **Dossiê Mapas do Extermínio: execuções extrajudiciais e mortes pela omissão do Estado de São Paulo.**2009. Disponível em: [http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20\(1\).pdf](http://www.conectas.org/arquivos/editor/files/DOSSIE_pena%20de%20morte%20final%20ACAT%20(1).pdf) acesso em 05/08/2016

FLORINDO, Marcos Tarcísio. **Estado, Polícia e Sociedade: Ensaio sobre a Regularidade (e a Permanência) das Práticas Discricionárias de Atuação Policial.** INTRATEXTOS, Rio de Janeiro, 3(1): 167-182, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/2384>. Acesso em: 30/07/2016

FONSECA, Angela Couto Machado. **Poder e corpo em Foucault: Qual corpo?** Revista de Pós-Graduação em direito da UFSC 7ª edição. Florianópolis: 2015. Disponível em: www.periodicos.ufc.br/nomos/article/download/1335/1548

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 7ª edição. Forense Universitária. Rio de Janeiro: 2008.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** 28ª edição. Paz & Terra. Rio de Janeiro: 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 41ª edição. Editora Vozes. Rio de Janeiro: 2013.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação.** Tradução de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: 2ª Ed. Editora Cultrix, 2005.

MANOEL, Givanildo (org.). **Desmilitarização da polícia e da política: uma resposta que virá das ruas.** Editora Pueblo. Belo Horizonte: 2015.

MARINGONI, Gilberto. **Brasão da PM paulista é um tapa na cara do povo brasileiro.** Viomundo. São Paulo. 2011. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/politica/gilberto-maringoni-brasao-da-pm-paulista-e-um-tapa-na-cara-do-povo-brasileiro.html> acesso em 05/08/2016.

ORLANDI, EniPucinelli. **Análise de discurso. Princípios e Procedimentos.** 11ª Edição. Pontes Editores. Campinas: 2013.

PRETI, Dino (Org.) et al. **Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta de São Paulo - Projeto NURC/SP** - Núcleo USP 2. ed. – São Paulo, Humanitas Publicações – FFLCH / USP, 1999.– (Projetos Paralelos,V.2).

SÃO PAULO. **Site institucional da Polícia Militar do Estado de São Paulo.** disponível em <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/inicial.asp> Acesso em: 01/10/2017.

SINHORETTO, Jaqueline et al. **A Filtragem Racial na Seleção Policial dos Suspeitos: Segurança Pública e Relações Sociais.** Brasília.Ministério da Justiça – Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014.Disponível em: http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/senasp/anexos/pensando-a-seguranca-publica_vol-5.pdf acesso em: 08/08/2016.

TAVARES DOS SANTOS. José Antônio. **As lutas sociais contra as violências. Política e Sociedade.** Florianópolis, V. 6, N° 11, outubro de 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/1256> acesso em 20/07/2016.

TAVARES DOS SANTOS. José Antônio. **A Arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência.** Tempo Social, Rev. Sociol. USP, São Paulo, 9(1): 155-167, maio de 1997. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21686/000190733.pdf?seque> acesso em: 12/07/2016.

THOMPSON, Jhon B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.** 9. ed.Petrópolis,RJ : Vozes, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Transcrição do vídeo “Operação Bafômetro”

Apresentador: “A”

Policial 1: P1

Repórter: R

Abordado 1: Ab1

Abordado 2: Ab2

Abordado 3: Ab3

A: várias blitz são realizadas com o objetivo de reduzir número de acidentes e mortes no trânsito. Geralmente provocados por motoristas embriagados... Acompanhe agora o trabalho da polícia nas operações conhecidas como Bafômetro.

P1: nós estamos na estrada que liga Guarujá a Bertioga pela balsa. A: nós estamos realizando uma Operação Direção Segura, uma ODS, nossa gíria aqui da operação... é voltada a etilômetros, verificar se as pessoas estão alcoolizadas ou não na condução dos veículos esse horário é um horário que infelizmente tem incidência nesse fato que é o final de semana... hora que o pessoal costuma beber um pouquinho na praia pra voltar pra casa onde acontece os problemas nessa região ou na parte interna do Guarujá.
((aparecem imagens da operação com carros passando e policiais armados observando o trânsito))

R: um carro com três indivíduos é interceptado no comando
((aparecem imagens dos cidadãos abordados em posição para revista pessoal))

R: durante a revista o policial sente um cheiro suspeito
((aparece a imagem do policial cheirando a mão de um dos abordados e ao som uma música que sugere um clima de suspense))

P1: vem cá, cadê a maconha?

Ab1: não tenho maconha

[P1: cadê a maconha?

((P1 aumenta o seu tom de voz ao repetir o questionamento e se aproxima de Ab1))

Ab1: não tenho meu irmão

P1: cê tá fedendo a maconha cadê a maconha? Cadê?
((P1 continua a se aproximar de Ab1))

P1: cadê a maconha? que hora cê fumou?

Ab1: pô... faz tempo

P1: que hora cê fumou?

Ab1: faz tempo.

P1: se tiver alguma coisa ali você tá na água ((gesticulando com a mão simulando uma arma apontando para o carro)) vai lá e me dá a maconha. vai lá e me dá a maconha ((acompanha Ab1 até o veículo))

((Ab1 retira do porta-luvas um pacote com a droga))

P1: que mais?

Ab1: só... pode pegar aqui

P1: tem mai nada no carro?... vem pra ca... é TUA maconha? de quem que é?
((enquanto isso segura Ab1 pelo gorro de seu casaco))

Ab1: pô não é nem uma...

[P1: de quem que é a maconha?

Ab1: pô é de todo mundo...

P1: todo mundo vai assinar? ((faz referência ao artigo Artigo 28 do Código Penal – Porte de Drogaas))

P1: todo mundo vai assinar?... tá bom ((direciona Ab1 próximo aos outros abordados))

P1: dá mais uma geral aqui ô Stive... TOTAL...

((aparecem imagens de outro policial fazendo a revista no veículo sem a presença e acompanhamento de seu proprietário ou condutor))

P2: aqui ó... tem mais maconha aqui

P1: que que eu falei prcê meu? que que eu falei pro cê? ... vai continuar mentindo? vai continuar mentindo? ((vai se aproximando novamente de Ab1)) cadê o resto da maconha? tem mais ou não tem mais?

((Ab1 balança a cabeça em sinal de negação))

P1: é só esse último aqui? Fala onde tem mais...

Ab1: não tenho velho sério

P1: não sou seu velho não

Ab1: desculpa... é que eu nunca tomei enquadro

P1: nunca? Parabéns... quantos anos cê tem?

[Ab1: 17 anos

P1: tem 17 anos e a maconha era de todo mundo como cê falou?

P1 para Ab2: quantos anos cê tem fio?

Ab2: 18

P1 para Ab3: você?

Ab3: ()

P1: é só o que tem aqui?

Ab3: sim senhor

P1: esse é o seu?

((Ab3 gesticula positivamente))

P3: quantos anos cê tem?

Ab3: 27

[P1: cê tem 27 anos?

((P1 começa a esvaziar mochila de Ab1 e jogar as coisas no chão))

Ab1: da minha namorada

P1: dá sua namorada essa roupa? Cadê ela?

Ab1: tá em casa... tava indo pra casa dela

P1: e por que você tava com a roupa dela? que foi?

Ab1: é que eu vou pra ela de presente

P1: ah::

Ab1: tem até um bilhete ali dentro

((P1 continua retirando as coisas de dentro da mochila e pega uma barra de chocolates e começa examiná-la))

Ab1: é chocolate

P1: romântico você né? ((em tom irônico)) ... E a maconha era pra ela tamem ou não?

Ab1: não

P1: era só pra você a maconha

((na imagem, P1 continua a tirar objetos da mochila enquanto segue apenas sua voz))

P1: essa daqui foi mais uma desconfiança criminal... uma suspeita criminal...

((imagem retorna no P1 sincronicamente à sua fala))

P1: tá emocionado, rapaz? ((aparece a imagem de Ab1 chorado)) tá chorando por quê? Tá chorando por quê? teu pai não sabe que cê usa droga? Ele vai descobrir que você usa droga?... cê chega fedendo a maconha e ele não sabe? LÓGICO que ele sabe... ((Ab1 balança a cabeça em sinal negativo)) é o seguinte cêstres vão entrar no banco de trás da viatura, se vocês colaborar vão assinar os termos e vão sair do DP pela porta da frente ((P1 está na frente dos três abordados e aponta para eles com o indicador fazendo gestos abruptos)) se me aprontar o papo vai ser outro... papo de homem?

Ab3: sim senhor

P1: policial vai levar o carro de vocês conduzindo e vocês vão no banco de trás da viatura... vai ter escolta da ROCAM atrás e outra viatura.

[[sim senhor

P1: se você quiser arrumar um emprego com antecedentes criminal, filho, cabô

Ab3: fica com antecedentes né?

P1: vai ficar... tivesse pensado nisso antes de comprar a droga

((muda-se a cena e aparece P1 afrente de uma viatura com giroflex aceso e segurando a droga))

P1: assim que eu cheguei perto deles senti o cheiro muito forte de entorpecente, o carro em quant// quantidade considerável para uso... vão ser: vão todos responder por porte... o menor ato infracional, e dois maiores vão assinar o termo circunstanciado

APÊNDICE B – Transcrição do vídeo “moradores bloqueiam rua e ameaça motoristas”

Apresentador: A

Comando de Operações da Polícia Militar: Copom

Repórter: R

GCM: guarda civil metropolitana

Mb: motoboy

A: centenas de moradores resolveram ir às ruas com fins de reivindicar por moradias... o problema começou quando um grupo de pessoas não obedeceu à ordem dos policiais para desobstruir uma via importante da cidade... o confronto foi inevitável para garantir a passagem de pedestres e motoristas

((altera-se a cena do estúdio para dentro de uma viatura com sirenes ligadas ultrapassando carros))

Copom: aqui pelo QTH continua tudo do mesmo jeito tudo bloqueado

P1: estamos deslocando em apoio às viaturas lá da Companhia ...umas pessoas interditaram lá uma via de grande fluxo de veículos e há informações de que tem indivíduos armados. então a gente tá deslocando o pelotão de Força Tática pra dar um apoio pro pessoal lá

R: a via está completamente interditada. um grupo de 150 pessoas protesta por moradia na região.

((imagem muda do trânsito interditado para uma conversa comandante da operação, P1, um guarda civil metropolitano e outro policial))

P1: se mandar desobstruir a via ninguém vai sair?

GCM: não vai sair

P1: já falaram?

GCM: já... não vai sair

P2: o rapaz ia passar de motocicleta ele foi abordado por dois indivíduos que tão na manifestação, um deles tá com uma pistola e o outro tá com um revólver. saiu uma ((moto)) branca do local, um dos indivíduos está aparentemente na ((moto)) e o outro tá no meio da manifestação

R: e agora tenente quais são as medidas a serem tomadas?

P1: bom... eu fiz contato com a guarda civil de ((nome da cidade)) eles tão desde cedo... já: na obstrução da via, eles tavam na prefeitura... vamos aguardar um pouquinho, vamotentar conversa, vai ser dado ordem de dispersão se eles não saírem da via a gente vai ter que atuar pra... pra... liberar a via/ o trânsito

((a cena altera-se e agora a reportagem dá a voz a um grupo de manifestantes))

M1: nós tem família, nós tem filho, entendeu? [

M2: [ameaçando

M1: aí nós quer saber o que que tá acontecendo porque nósquê um, tipo assim, é pra nós ir embora, nós vai embora, um dia, nós vai embora, mas só que ele não chega em nós pra falar,

M3: no mandado/ no mandado que tem lá não tem [

M1: [nóis é trabalhador, ninguém vai bater nele

M3: tá escrito lá que a prefeitura tem que ajudar o pessoal que tá lá... a prefeitura é obrigada a ajudar, a juíza determinou pra ele ajudar

((nesse momento, o foco da câmera se expande e é possível ver P1 próximo ouvindo os manifestantes))

M4: o que precisava/ o que precisava propor aqui, o que eles querem que a prefeitura faça é o que? é que marque uma data ou que seja, mas eles precisam ouvir alguma coisa da prefeitura. eles precisam ouvir alguma coisa da prefeitura agora pra poder ou liberar uma faixa, ou então/ ou então eu não sei.

Mb: tá tudo parado ali ((gesticulando)) tá saindo da escola, a minha esposa tá com uma van parada cheia de criança se você deixar dentro da perua olha o calor. fica difícil. se eu colocar na rua um monte de criança e se vou lá , tá tudo saindo do ((escola)), quem tá saindo tá tudo parado alí, ó. o maior problema é esse aí, o que vai fazer com esse monte de criança ali? Se eles pelo menos falassem “não, libera” porque olha o monte de criança, pô! não é nem por manifestação, o ruim é que as crianças tá lá

R: o impasse continua. Os moradores não querem desocupar os imóveis e pedem uma resposta das autoridades do município.

((altera-se novamente a cena e mostra um diálogo entre M3 e P1))

M3: se o senhor entrar lá na internet, o senhor vai ver a integração de posse, a juíza determinando que a prefeitura tem que entrar com o lado social.

P1: quem for tirar vocês, tem que dar com condições de você ter um lugar pra morar, nem que seja um abrigo da prefeitura, entendeu? essa reintegração é de âmbito federal então não é nem competência do município. Ele falou que o juiz mandou a: prefeitura:: ... toda assistência social, certo? só que isso é amanhã, cara.

M4: tanto pra essa desabrigação, ou pra qualquer outro tipo de coisa, a população precisa ver agora, não dá mais pra ficar esperando.

M5: ((alterando o tom de voz)) ó, o seguinte é esse se o senhor tá dizendo que não dá pra ligar pro prefeito, o problema é do senhor, mas que o senhor tem contato com ele tem sim.

P1: ó... ó... o que é problema meu? cê quer falar assim? ((altera o tom de voz e dirige-se ao morador)) então eu vou falar o que é problema meu

M5: manda abrir a via, então

P1: a minha competência aqui é desobstruir a via.

Indefinido: nós vamos ser tirados à força?

P1: à força

Indefinido: só que amanhã/ só que amanhã ((cidade)) vai ficar pequena

((muda-se a cena e mostra-se a multidão armando barricadas e armando obstáculos – segue-se também com um som forte))

Multidão: O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO! O POVO UNIDO JAMAIS SERÁ VENCIDO!

R: alguns indivíduos se exaltam e passam a hostilizar a presença da polícia

((agora, mostra-se a força policial, suas viaturas e sua tropa se equipando, a música sugere um ambiente de batalha))

R: o clima fica tenso. as equipes de Força Tática se preparam para agir... ((continuam as imagens dos policiais colocando capacetes, caneleiras, ostentando cassetetes e armas)) motos da ROCAM chegam ao local para dar reforço à operação

P1: a gente vai se posicionar, vamo tentar novamente uma ordem de dispersão... não deu certo? vamo atuar. sem novidade? todo mundo com o equipamento no jeito? tá ajustado material? a partir de agora, viseira abaixada sob o meu comando

Multidão: SEM VIOLÊNCIA! SEM VIOLÊNCIA!

R: o comandante da operação tenta mais uma vez conversa, mas objetos são arremessados na direção da tropa.

((as imagens seguem com P1 retornando e inicia-se o bombardeio de bombas de efeito moral))

P1: mais uma! Mais uma!

((bombas))

P1: explosiva! explosiva... tá tacando pedra hein, pessoal. a pedra... mais uma ((bomba)), vai!... pedra, tá voando pedra... Pelotão, vamos fazer a linha lá na rua ali, ó, lá na vala ali, copiou? pelotão frente e esquerda em linha! Marche! () vai, vai vai!

((ordenando à população))

P1: pode tirar tudo isso aí, ó... tira tudo da via...

P1: volta ali, ó. segura aí, segura aí! ((a um motoqueiro)) volta, volta! Volta! ((apontando com o cassetete))

((ordenando à população))

P1: tira ali, ó. tira, tira!

R: os policiais reestabelecem a ordem, a rua é liberada e a tropa recua

P1: pelotão, auto. em linha. frente à rua, marche!... parabéns pela atuação! a missão foi cumprida! via desinterditada!

APÊNDICE C – Transcrição do vídeo “mãe de ladrões lamenta à vítima ‘ me perdoe por tê-los colocado no mundo”

Apresentador: A
 Comando de Operações da Polícia Militar: Copom
 Repórter: R
 Policial 1: P1
 Policial 2: P2
 Policial 3: P3
 Policial 4: P4

((inicia-se o vídeo com o Apresentador fazendo a chamada para a ocorrência dentro do estúdio de televisão))

A: Ao presenciar o roubo de um automóvel, um rapaz seguia os criminosos sem que os mesmos percebessem e foi informando pelo telefone 190 o caminho que eles seguiam [...] A viatura policial iniciou uma busca pelo carro e após alguns minutos o veículo foi avistado e deu-se início a uma perseguição em alta velocidade pelas avenidas da região. É o Operação de Risco junto com a polícia, que combate a criminalidade.

A: um rapaz que presenciou o roubo de um carro praticado por criminosos fortemente armados liga para 190 e informa a polícia sobre a localização do veículo... Uma viatura consegue encontrar os suspeitos e uma intensa perseguição tem início... É o Operação de Risco junto com a Polícia, que combate a criminalidade.

((altera-se para uma apresentação de viaturas dentro do batalhão da Polícia Militar com uma música ao fundo, mostra-se o mapa do estado de São Paulo e a cidade onde a ocorrência policial aconteceu)).

((Segue o vídeo de dentro da viatura, mostrando o policial que fica no banco de trás da viatura, chamado “segurança” da viatura, empunhando a sua arma, em seguida, outro policial segue em contato com o COPOM pedindo mais detalhes da ocorrência))

A: as viaturas tentam fechar o cerco contra o motorista em fuga

COPOM: informando as viaturas, um novo (carro), veículo aí na cor preta, dois indivíduos aí, bandidos no interior do veículo... ... O indivíduo aí roletou os semáforos passando o shopping (nome do shopping).

P1: solicitante aí que tava acompanhando o roubo foi obrigado a parar no semáforo, ele tá vermelho... os indivíduos é: ultrapassaram o sinal vermelho e estão se evadindo aí para o interior do ((ruído))

COPOM: informando pela rede às viaturas referente ao veículo (carro) dois indivíduos, dois indivíduos armados um moreno, cavanhaque e boné, saíram sentido bairro aí Jonh Boy Dunlop

P1: olha o carro aí

((a viatura policial sobre o canteiro central da avenida e inicia a perseguição ao veículo suspeito))

P3: Preto?

P2: preto

A: as equipes conseguem visualizar o veículo roubado

P1: COPOM TÁTICO 25 COM UMA CERTA (carro) PRETO SE EVADINDO SENTINDO RUA ((ruído)) QSL? NA ALTURA DO SATÉLITE ((ruído))... ALÁ VOLTO VOLTOU PARA A MÃO BRANCA COPOM... TÁ NO VISUAL... POSITIVO COPOM CARÁTER GERAL ((ruído)) TÁTICO 25 MÃO BRANCA

((a equipe de edição retorna a imagem do veículo suspeito saltando uma lombada seguido pela viatura policial))

P1: COPOM EU TÔ PASSANDO EM FRENTE DA ((ruído))

P2: SEGURA! SEGURA!

P1: VAI! VAI VAI!... RODOU! BATEU! VAI tio, vai que a fumaça eu não tô enxergando nada vai... CONTINUOU CONTINUOU... Ó VIATURA CRUZOU AÍ

[

P2 VAI VAIVAIVAI:!!!!

A: a guarnição decide virar uma rua à direita, mas recua quando percebe que o veículo seguiu em frente

P1: ALI Ó É NIHIL NUM É NUM É NUM É FOI RETO DAQUI PRO QTA AÍ

A: o helicóptero águia da Polícia Militar passa as coordenadas durante a perseguição

P1: ABANDONOU... PRA ONDE FOI OS CARA? FORAM PRA ONDE, TIO ALÁ NA PASSARELA LÁ

P3: alá

P1: VAI PARA PARA

INDEFINIDO: DESCE DESCEDESCE

((policiais seguem correndo, atravessam a avenida empunhando suas armas))

P4: DEITA AQUI! DEITA! DEITA!

P1: PEGOU PEGOU... VAI LÁ VAI LÁ... FICA AI JHOW PAROU PÕE A MÃO NA CABEÇA MÃO NA CABEÇA CRUZA AS PERNA CRUZA AS PERNA CRUZA AS PERNA

((na frente de P1 aparece P4 rendendo S2 com o ajoelhado sobre suas costas tentando imobilizar o suspeito))

S1: Já era senhor

P1: cadê o calibre ladrão?

S1: tá lá embaixo senhor

P1: e o carro tá onde?

S1: joguei ((a arma)) embaixo da passarela senhor

P1: cadê a vítima?

S1: a vítima eu não sei senhor

((câmera foca P4 algemado S2))

P1: você zuou a vítima?

S1: não senhor não zoei não senhor.

((P4 puxa S2, que está deitado e algemado, pela camiseta))

P4: LEVANTA!!!

P1: Zuou a vítima ou abandonou?

S1: zuei não, abandoneisenho

P1: o revólver tá onde?

S1: o revolver tá aqui embaixo da pista senhor

P1: tá aqui na pista?

S1: tá embaixo da pista senhor

P4: A ARMA TÁ LÁ EMBAIXO ((apontando para baixo da passarela em que eles estão)) A ARMA TÁ LÁ EMBAIXO

S1: tava comigo senhor tava comigo

P4: A ARMA TÁ LÁ EMBAIXO

P1: mete o velcro ((algemas)) aqui... deita ele deita ele... grampo neles...

((chegam mais 02 policiais para dar apoio))

P1: ele jogou ((a arma)) na pista, jogou na pista

((mostra-se P4 algemando S1, o editor “rebobina” a imagem e repete esse trecho))

P1: os dois indivíduos aí conforme foi radiado no COPOM efetuaram roubo ao veículo (carro) na altura da (rua) uma testemunha visualizou a situação

[
P4: tá lá embaixo da passarela

P1: ligou 190 viatura começou ((ofegando)) patrulhar Jonh Boy Dunlop com vistas ((atrás de P1 aparece a imagem de P4 com os suspeitos sentados e ele apontando para para S2)) no satélite Iris visualizou o veículo, logrou êxito e iniciou um breve acompanhamento.

((repete-se a parte do vídeo que os policiais informam ao COPOM que visualizaram o veículo))

P1: informando o COPOM foi realizado o cerco e conseguimos deter os dois indivíduos aí, recuperar o veículo.

((mostra-se a imagem dos policiais que chegaram no apoio procurando a arma embaixo da passarela))

A: os policiais procuram a arma usada durante o roubo... a bolsa da vítima é localizada

((aparece a imagem dos policiais conduzindo os suspeitos na passarela com o braço entrelaçado ao braço dos suspeitos forçando-os a flexionar as costas para frente))

P1: senta no chão, cruza as pernas, cruza as pernas, abaixa a cabeça, ladrão tem que olhar para o chão... abaixa a cabeça os dois... abaixa a cabeça ladrão

A: o revólver utilizado pela dupla também é recuperado

P1: os indivíduos ao visualizarem a viatura eles jogaram a bolsa contendo os objetos da vítima foram produtos de furto mais um revólver calibre 38.

((aparecem os indivíduos sendo colocados no compartimento de presos da viatura policial))

P4: você já foi preso já?

S1: já senhor

P4: qual artigo?

S1: 155 senhor

P4: 155 do que?

S1: de carro senhor

P4: puxou quanto tempo de cana?

S1: puxei 45 senhor, 45 dia

P4: faz quanto tempo que cê tá na rua?

S1: faz um mês e pouco senhor

S2: ele é meu irmão senhor

P4: é seu irmão? Mora na mesma casa?

S2: sim senhor na mesma casa senhor

P1: viu como que cê chama?

S1: (nome)

P1: como foi a situação do roubo lá?

S1: então senhor nós pegamo na frente do banco senhor

S2: abordamo a vítima na frente do banco

P1: qual banco?

S1: banco acho que Banco do Brasil

P1: vou perguntar pra você que a gente vai fazer contato com a vítima, fez saque no banco, caixa eletrônico?

S1: não senhor

P1: sacou dinheiro

S1: NÓIS SENHOR?

P1: é

S1: não senhor

P1: só pegou o carro só?

S1: já vamo abordado já senhor

P1: quantas pessoas eram no carro quando vocês abordaram?

S1: uma só senhor

P1: o que que era? Mulher, homem?

S1: uma mulher senhor

P1: machucaram a vítima?

S1 não senhor não zuamo a vítima não senhor

P1: vocês iam levar o carro pra onde?

S1: nós ia levar pra casa senhor

P1: ia fazer o que? Ia vender o carro? Ia desmontar?

S1: ia vender, ia tentar vender

P1: vender pra quem que vocês iam vender?

S1: pa qualquer um senhor pra qualquer um comprador que aparecer senhor

P1: ou vocês vendem pra algum desmanche?

S1: não senhor qualquer comprador que aparecer senhor

S2: eu tenho 2 tráfico senhor... duas passagem pela fundação de tráfico primeiro senhor, tenho um 180 também mas só pela delegacia

P1: vocês estão presos em flagrante por roubo de veículo

S2: sim senhor

R: o que vai ser feito a partir de agora, sargento?

P1: a partir de agora a gente vai fazer contato com a vítima a qual vai deslocar até o DP pra fazer o reconhecimento dos indivíduos e os dois vão ser recolhidos por roubo né?... veículo na mão, recuperado, é:: a arma de fogo apreendida e os dois indivíduos aí apreendidos pela equipe

R: Ponto positivo para a Polícia Militar?

P1: Positivo... ponto positivo para a Polícia Militar Força Tática de Campinas

R: eles entraram com o carro aqui, abandonaram e subiram a ponte?

P5: exatamente... na hora que viram a viatura, abandonaram o carro e tentaram atravessar a passarela... aí a equipe teve êxito em detê-los lá do outro lado da passarela... tavam esperando os dois indivíduos lá

A: a vítima chega até o local ainda muito assustada a mulher relata como foi a abordagem dos criminosos

V: eu entrei na agência do banco não tinha ninguém ao redor e a hora que eu tava saindo eles tavam escondidos atrás do muro ali do correio, saíram e me abordaram

P1: tavam com a arma em punho?

V: tavam

P1: cê consegue reconhecer os indivíduos depois na delegacia?

V: consigo

P1: os indivíduos pra gente... eles te ameaçaram, falaram que iriam fazer alguma coisa com você?

V: ameaçaram, falaram que se eu reagisse... fizeram eu deitar no chão, colocaram a arma na minha cara “perdeu, perdeu, perdeu. Dá a chave, dá a chave, dá o que você tem no bolso”, cataram meu dinheiro, 40 reais, meu cartão do banco, e o extrato bancário da conta

P1: ah eles pegaram seu

[

V: e dentro do meu carro tem a minha bolsa, dois aparelhos celular, todos os meus documentos, pen drive, a carinha do som.

P1: boa notícia pra você apesar do trauma e do medo que a senhora passou agora os indivíduos foram presos, o veículo tá recuperado, celular, o dinheiro, então agora a gente tem que deslocar para o 1º DP para a gente registrar a ocorrência por lá, tá bom?

V: tá bom. Tão de parabéns, eu tô até emocionada... tem meu celular, meus dois celular, minha bolsa, tá tudo no carro?

P1: tá tudo no carro a bolsa

((V aparece no vídeo com expressão de alívio))

V: ainda bem gente, obrigada

P1: de nada, a gente tá à disposição aí tá bom?

V: muito obrigada! Como é o nome do senhor?

P1: sargento (nome)

V: (nome) obrigada

P1: a equipe também o:: soldado (nome) e o soldado (nome)

V: obrigada

P1: motorista aqui da ocorrência

P3: disponha da Polícia Militar ((apertando a mão de V))

V: nossa, parabéns, gente

P1: à disposição aí, tá bom?

V: obrigado, bom trabalho pra vocês.

P1: vamo pro DP lá, tá joia?

A: a mãe dos presos vai até a delegacia

((mostra a imagem do policial abrindo o compartimento em que estão os presos e a mãe se aproxima dos dois suspeitos))

Mãe: pô, filho, pelo amor de Deus, cara, que foi que eu te falei ontem? ((mãe começa a chorar)) falei para você não aumentar o meu desgosto... o que você quer da vida fazendo isso, você quer me matar? É isso o que você quer, filho, me matar? E você, cara, o que foi que eu te falei ontem? ((batendo no ombro de S1))

S1: desculpa, mãe.

Mãe: o que foi... desculpa o ((palavrão)). O que oi que você me prometeu ontem? O que foi que eu te falei, que o diabo tava preparando que era assim que você sair com o (nome) os policial ia te pegar?... o que eu faço agora, filho? ((dirigindo-se a S2)) Fala pra mim, a situação que sua mãe se encontra, a situação que sua mãe se encontra, meu filho, no momento que eu contava com você, meu amor. Filho, pelo amor de Deus.

P5: esse aqui tava preso, senhora?

Mãe: esse aqui eu acabei de tirar tem dois dias, moço ((referindo-se a S1))

P5: tava onde o menino?

Mãe: tava lá em Hortolândia

P5: Fundação Casa?

Mãe: não, tava no Sumaré lá, na delegacia lá, preso.

P5: que que aconteceu?

Mãe: tráfico

P5: tráfico?... e esse outro menino aqui, foi preso já?

Mãe: já foi preso por roubo de carro também... primeira vez que foi roubar foi preso e agora foi de novo... não tem um mês que esse homem saiu da delegacia

R: a vítima tá ali o que a senhora falaria para vítima numa situação dessas?

Mãe: não sei, meu amor... não sei o que te dizer

R: ela foi abordada lá no veículo, eles tavam armados e apontaram a arma pra ela, falaram que ia matar ela

Mãe: meu Deus

R: se não desse o veículo para eles

Mãe: senhor amado... esse é a angustia da minha vergonha, desgosto da minha vida... porque eu sou sozinha, sou pai e mãe deles, e eles em vez de me ajudar, eles me complica ainda mais? O outro trabalhou desde os 14 anos no mesmo serviço, de janeiro pra cá mudou a cabeça totalmente pra poder fazer coisa errada. Entendeu? O único que eu contava comigo, pra poder me ajudar, pra poder tirar o outro desse mundo, das droga que ele tava traficando, e vai, entra pro mesmo caminho, pior ainda.

R: eles usam droga?

Mãe: não, eles são maconheiros, eles fumam. Só que o outro era traficante, traficava que era uma desgraça... e esse outro nunca fez nada disso... sempre foi um menino bom, menino trabalhador, mas de janeiro pra cá, começou... e agora tô com dois dias que eu vi que ele vai influenciando o outro e eu falava “filho não vai”, de menor, “não vai”, e ele “mãe, não vou mais mãe, eu sofri, não quero mais”. Só que eu vi que de ontem pra hoje, ele tá influenciando o menino, e conseguiu influenciar, e ó o que foi que deu, acabaram de sair da casa da minha mãe, que eu tava na minha mãe, ele falou “mãe, vou ali, daqui a pouco eu volto”, os dois. Aí daqui a pouco vocês me liga.

R: Oi senhora ((dirigindo-se a vítima)) ela é a mãe do menino, queria pedir desculpa pela situação

Mãe: moça, eu sei que isso não vai adiantar muito,entendeu? Mas pra mim é uma vergonha, eu como mãe que sempre dei um exemplo de mãe, e eu saber que meu filho anda com arma na mão, agredindo os outros

((repete-se a imagem do policial mandando os dois suspeitos abordados sendo jogados no chão e P1 mandando eles sentarem no chão e cruzarem as pernas))

Mãe: você me perdoe por eles, me desculpe. Falta de bom exemplo não foi, nunca fui bandida, nunca fiz nada de errado, sempre trabalhei pra poder cuidar deles, eles tão nesse mundo porque eles são safados, sem vergonha, eles não têm necessidade, eles têm do bom e do melhor... eles não tem necessidade, é sem-vergonhice mesmo, safadeza, porque quer ser bandido. Então você me perdoe, me desculpe, por ter colocado umas peste dessa no mundo... e tá fazendo o que tá fazendo.

P1: a gente vai apresentar a ocorrência pro delegado de plantão o qual vai enquadrar os indivíduos no artigo 157, né? Roubo qualificado mediante emprego de arma de fogo. Vocês podem ver o revólver de calibre 38 utilizado pelos marginais e cinco munições intactas de calibre 38.

ANEXOS

ANEXO A – Normas para transcrição de entrevistas gravadas

Ocorrências	Sinais	Exemplificação
Incompreensão de palavras ou segmento	()	Do níveis de renda () nível de renda nominal
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) meio preocupado (com o gravador)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	E comé/e reinicia
Entonação enfática	Maiúscula	Porque as pessoas reTÊM moeda
Prolongamento de vogal e consoante (como s, r)	:: podendo aumentar para :::: ou mais	Ao emprestarmos éh::: ... dinheiro
Silabação	-	Por motivo tran-sa-ção
Interrogação	?	E o Banco... Central... certo?
Qualquer pausa	...	São três motivos... ou três razões ... que fazem com que se retenha moeda ... existe uma ... retenção
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a seqüência temática da exposição: desvio temático	- - - -	... a demanda de moeda - - vamos dar casa essa notação - - demanda de moeda por motivo ...
Superposição, simultaneidade de vozes	Ligando as linhas	a. na casa de sua irmã b. [sexta-feira? a. fazem LÁ b. [cozinham lá
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto. Não no seu início, por exemplo.	(...)	(...) nós vimos que existem...
Citações literais de textos, durante a gravação	“entre aspas”	Pedro Lima...ah escreve na ocasião... “O cinema falado em língua estrangeira não precisa de nenhuma baRREIra entre nós”...
OBSERVAÇÕES:		
1. Iniciais maiúsculas: só para nomes próprios ou para siglas (USP etc.)		
2. Fáticos: ah, éh, ahn, ehn, uhn, tá (não por está: tá? você está brava?)		
3. Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.		

4. Números: por extenso.
5. Não se indica o ponto de exclamação (frase exclamativa)
6. Não se anota o cadenciamento da frase.
7. podem-se combinar sinais. Por exemplo: oh:::...(alongamento e pausa).
8. Não se utilizam sinais de pausa, típicos da língua escrita, como ponto-evírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. As reticências marcam qualquer tipo de pausa.

Tabela I – Normas para transcrição de entrevistas gravadas (PRETI, 1999, p. 19)